

O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE AS SETE ETAPAS DA VIDA¹

A Construção da Identidade na Dimensão Simbólica

Carlos Amadeu Botelho Byington²

Introdução

Segundo a perspectiva da Psicologia Simbólica Junguiana, cuja denominação já a caracteriza como totalmente simbólica, a formação da identidade é o resultado da interação de forças extraordinariamente numerosas e complexas, oriundas de todas as dimensões do Self durante a vida. Por conseguinte, nossa proposta não é a de estudar somente o desenvolvimento do Ego, dentro do Self Individual, mas sim, de compreender que o sistema nervoso e a dimensão psíquica são naturalmente simbólicos e que a identidade do Ego e das coisas (do Outro) já são formadas a partir dos significados ativados no campo do Arquétipo Central, oriundos das várias dimensões trans-individuais do Self.

O equacionamento de Jung da libido com energia psíquica liberou a Psicologia do reduativismo à sexualidade, formulado por Freud, e ao poder, por Adler. No entanto, se não tivermos um conceito que ligue qualquer parte ao Todo, não poderemos usufruir da contribuição de Jung. Quando a parte não pode ser conceitualmente ligada ao Todo, ela adquire uma autonomia que conduz ao reduativismo. Escolhi o **símbolo** para representar esse conceito unificador, mas, para fazê-lo, temos que ampliar o conceito tradicional de símbolo e nele incluir **todas as entidades e suas polaridades, inclusive a polaridade subjetivo-objetivo**. Quando assim não fazemos e consideramos algo não-simbólico no campo da Consciência ou do Self, recaímos forçosamente no reduativismo e limitamos nossa capacidade de perceber a amplitude da Psique através do conceito de energia psíquica, formulado por Jung.

¹ Capítulo 11 do livro Psicologia Simbólica Junguiana (em preparo). Ampliado especialmente para a 7ª turma do Curso de Formação de Analistas da SBPA. São Paulo, abril de 2006. Texto provisório, em continuação para ser publicado. Citações bibliográficas incompletas. São Paulo, março de 2008.

² Médico psiquiatra e analista junguiano. Membro fundador da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica. Educador e Historiador. Criador da Psicologia Simbólica Junguiana. E-mail: c.byington@uol.com.br. Site: www.carlosbyington.com.br

Como já mencionei nos capítulos anteriores, a dimensão simbólica aqui conceituada inclui corpo, sociedade, natureza, olfato, tato, sabor, som, palavra, imagem, número, emoção, idéia e conduta. No seu livro sobre atualização de pesquisas sobre o desenvolvimento infantil, Mario Jacoby (1999, p. 61) mostra-se preocupado com o referencial arquetípico de desenvolvimento da criança pelo fato de o bebê, segundo os pesquisadores por ele consultados, só formar imagens durante o segundo ano de vida. Em primeiro lugar, acho difícil fazer essa afirmação, porque o feto apresenta traçados eletroencefalográficos com ondas REM e movimentos oculares, indicativos de sonhos, já na 30^a semana de gestação (Saunders, 1995, in Greene). Depois, mesmo que não houvesse imagens no primeiro ano de vida, isso não invalidaria a expressão dos arquétipos permanentemente durante toda e qualquer atividade psíquica, segundo a perspectiva da Psicologia Simbólica Junguiana, que conceitua os símbolos muito além da imagem e sempre arquetípicos. O som, o sabor e o olfato também são aqui compreendidos como símbolos, e é inegável que o feto ouve o coração da mãe, a partir de 21 semanas, quando se forma seu aparelho auditivo, e que, com 20 semanas, degusta o líquido amniótico e o engole, sendo capaz de diferenciar o gosto amargo do doce, que ele prefere (Supple, 2002). De fato, observou-se que se a mãe ingere álcool, ou se fuma, o feto diminui a sua ingestão de líquido amniótico. A partir do nascimento, o bebê mostra sua frustração através do choro que, assim, fica caracterizado também como simbólico. Existem, até mesmo relatos médicos que acompanharam abortos no quarto mês de gravidez, nos quais o feto moribundo emitiu sons semelhantes ao choro (Supple, 2002, 69^o dia). Podemos mesmo dizer que, na vida intra-uterina e no período pré-verbal da primeira infância, as manifestações arquetípicas do bebê se fazem através das funções fisiológicas, cujos significados são plenos de símbolos e funções estruturantes, todos eles arquetípicos, o que nos permite falar em corpo simbólico **desde a concepção**.

Os significados do campo simbólico que irão influenciar a formação da Consciência e a identidade do Ego e do Outro provêm de todas essas dimensões simbólicas que compõem as dimensões do Self, principalmente do Self Individual, Self Familiar, Cultural, Planetário e Cósmico. Podemos, assim, estudar não só a formação da identidade individual no Processo de Individuação, como também as identidades da espécie e das culturas, no processo de humanização, que abrange o processo histórico de desenvolvimento.

A concepção reúne os gametas do pai e da mãe para formar uma nova pessoa. Somente no caso de gêmeos idênticos, sua genética não será exclusiva, mas, mesmo assim, seu desenvolvimento fará de cada indivíduo um ser único. Seu DNA é o resultado de quatro e meio bilhões de anos de evolução da vida na Terra. Na medida em que o

embrião se transforma no feto e, ao nascer, no bebê, o sistema nervoso vai se complexificando e a memória sendo formada para receber os símbolos de milênios de cultura. A identificação com esses símbolos e a interação entre o sujeito e eles forma aos poucos a identidade e a Consciência. A criança **se apega** aos seus cuidadores e, através das **identificações** e das suas reações aos significados desses relacionamentos, vai **se separando, se diferenciando** e realizando o potencial do seu DNA. Este é o percurso do mistério da encarnação.

O Símbolo, a Função Estruturante e a Imaginação ou Fantasia

Como já descrevi nos capítulos anteriores, a Psicologia Simbólica Junguiana considera todas as entidades psíquicas **símbolos estruturantes** e todas as funções psíquicas, **funções estruturantes**. Símbolos e funções psíquicas são considerados estruturantes porque o resultado da ação das funções sobre os símbolos é a produção de significados, que formam a Consciência. Este processo chama-se **elaboração simbólica**. Ele é coordenado por arquétipos subordinados ao Arquétipo Central, e é o centro operativo da atividade psíquica.

Com um ano de idade, engatinhando pela sala, uma criança enfia os dedinhos numa tomada e leva um choque. Chora de dor e de susto. A elaboração da experiência estrutura a Consciência e a memória com a distância cautelosa de outras tomadas. A tomada tornou-se um símbolo estruturante e o medo operou como função estruturante.

Desta maneira, os símbolos e funções estruturantes são inseparáveis e ocupam o centro da atividade psíquica no campo simbólico regido pelo Arquétipo Central e pelos demais arquétipos.

Os símbolos e as funções estruturantes são inúmeros, e todos estão, no campo arquetípico, subordinados à função estruturante da imaginação, cujo conceito abrange a Função Transcendente, formulada por Jung. A extensão da função estruturante da imaginação é subestimada, porque estamos acostumados a identificá-la com a fantasia consciente, que somente exercemos de vez em quando. No entanto, quando percebemos a variedade sem fim da criatividade psíquica dos sonhos, das incontáveis idéias e estados emocionais que atravessam nossa mente durante a vigília, e até da enorme diversidade de sintomas que expressam nosso mal-estar, concluímos que a função estruturante da imaginação ou da fantasia é de uma abrangência incalculável, pelo fato de operar de maneira consciente e inconsciente.

No entanto, da mesma forma que ampliamos o conceito de símbolo para incluir todas as entidades psíquicas, postulamos que a imaginação se apresenta em qualquer

manifestação simbólica e não somente na imagem. Desta maneira, a metáfora, como principal amplificadora de imagens, pode ser estendida a qualquer forma de se expressar um símbolo. Imaginemos, por exemplo, as inúmeras maneiras que podemos adotar para demonstrar prazer, criatividade, afeto, agressividade, satisfação, brincadeira, alegria ou ansiedade, e teremos uma noção da extensão da função da imaginação ou da fantasia. Uma das limitações para ampliarmos o conceito de imaginação para além da imagem é que sua etimologia vem da palavra “imagem”, o que contribuiu para que muitos autores importantes reduzam a função da imaginação à atividade psicológica através de imagens (*homo imaginalis*, de Henri Corbin). Nesse sentido, os conceitos de fantasia consciente e inconsciente (*phantasia* de Melanie Klein) e de Função Transcendente de Jung podem ajudar a ampliar a função estruturante da imaginação consciente e inconsciente para abarcar todos os significados simbólicos que ela inclui.

Assim sendo, podemos dizer que o campo psicológico, cuja totalidade Jung denominou Self, é um campo simbólico que opera através da imaginação consciente e inconsciente para elaborar símbolos através de funções e formar a consciência.

O Arquétipo da Criança e o Arquétipo Central

O desenvolvimento da personalidade aborda a inter-relação do Arquétipo da Criança com o Arquétipo Central. O Arquétipo da Criança nos traz o tema da **criatividade, vulnerabilidade, dependência, diferenciação e transformação** da Psique e o Arquétipo Central organiza e subordina essa criatividade ao desenvolvimento da identidade, em função do processo de individuação e de humanização, que incluem a interação com a Sombra. Margareth Mahler (1975) estudou a relação primária a partir da simbiose e separação-individuação nos dois primeiros anos de vida e constatou, junto com inúmeros pesquisadores, que a construção da identidade ocorre a partir de uma intensa dependência na primeira infância. Desta maneira, é importante não equacionarmos o Arquétipo da Criança e o desenvolvimento psicológico somente com a diferenciação e a criatividade, mas sempre também com uma fase de dependência emocional significativa, que já envolve a polaridade apego-desapego, na qual o sujeito adquire os conteúdos simbólicos na interação com o Outro, para depois dele se separar. Esta realidade se aplica à infância, mas também a toda elaboração simbólica durante a vida. Em qualquer experiência inovadora, o Arquétipo da Criança sempre estará presente e, junto com ele, uma fase de dependência que integrará as novas características da identidade, seguida por nova independência.

A Criança Observada e a Criança Reconstruída

Se por um lado precisamos conhecer como se forma o organismo da criança e a sua identidade, por outro, é importante, através da imaginação, reconstruir no adulto a criança que ele foi. A **criança reconstruída** pela memória e pela imaginação a partir de sua infância e da sua família real e imaginária, ou seja, simbólica, é indispensável para se compreender a realidade de uma pessoa. Da mesma forma, não basta estudarmos as aquisições psicofísicas da criança. É fundamental sempre também percebermos os significados dessas aquisições para cada pessoa, dentro do campo simbólico individual, familiar, cultural, planetário e cósmico, nos quais elas estão ocorrendo. O simples fato de a criança ser do sexo masculino ou feminino, pertencer a determinada etnia, classe social, tipologia, nascer em determinado clima, época, lugar, e ter características físicas e dons específicos já tem muitos significados, que participarão grandemente da formação da sua identidade, dentro das relações primárias e dos relacionamentos íntimos subseqüentes.

Arquétipo, Símbolo e Desenvolvimento Psicológico O Viés Evolucionista

Quando abordamos o desenvolvimento da personalidade através da dimensão simbólico-arquetípica, a principal polaridade que necessitamos equacionar é a **polaridade desenvolvimento-estrutura**. Não se pode pretender uma concepção arquetípica do desenvolvimento e descrever circunstancialmente vivências importantes da criança, como amamentação, ambulação, fala e memorização, fora do referencial arquetípico. Quando admitimos que tudo é arquetipicamente símbolo e função estruturante, os acontecimentos do processo existencial precisam ser descritos inseparavelmente de seu enraizamento na coordenação estruturante do Arquétipo Central e dos demais arquétipos.

Pensemos, por exemplo, no esquema de desenvolvimento da Psicanálise, baseado nas zonas erógenas oral, anal-uretral, fálica-vaginal e genital. Trata-se de um importante referencial de desenvolvimento psiconeurofisiológico que acompanha o crescimento do corpo. Isso é tudo o que não queremos num referencial simbólico, pois, se nos guiamos por ele, descrevemos o pólo egóico e perdemos o referencial arquetípico, ou seja, quando atingimos os símbolos de uma fase, perdemos a conexão estrutural e reduzimos os símbolos exclusivamente a essa etapa. Quando interpretamos a simbologia do estado anal, por exemplo, só temos ligação com os símbolos da oralidade através de uma regressão. A Consciência se desenvolve, mas fica teoricamente separada do arquétipo que coordenou sua fase anterior. Estuda-se a história pessoal e perde-se a sua raiz no inconsciente coletivo, porque os arquétipos são reduzidos à etapa estudada. Percebamos

ou não, esse é um viés evolucionista de se abordar o desenvolvimento, que o torna incompatível com uma perspectiva arquetípica.

A redução dos símbolos a uma etapa de desenvolvimento é o viés evolucionista, que é a principal deformação metodológica na teoria de desenvolvimento simbólico, pois congela o arquétipo subjacente e impede a compreensão dos significados desse arquétipo durante toda a vida. Imagine-se, por exemplo, o símbolo da comunhão cristã, restrito à oralidade e reduzido à relação do bebê com o seio. Apesar de um autor como Fordham ter denunciado o evolucionismo na obra de Neumann, em função dos patamares arquetípicos, ele não percebeu o viés do evolucionismo na sua própria perspectiva, ao adotar a teoria de desenvolvimento de Freud e de Melanie Klein.

O livro *A Origem das Espécies* de Darwin empolgou de tal maneira todos os setores da cultura que não poderia deixar de influenciar a concepção do desenvolvimento da Consciência a partir das relações primárias, descobertas por Freud. Infelizmente, porém, a mentalidade evolucionista criou uma noção de hierarquia em muitas abordagens de desenvolvimento que não corresponde à teoria da evolução de Darwin. Esta hierarquia se fundamenta, principalmente, numa interpretação superficial da Teoria da Evolução das Espécies, na qual somente se registra a mudança e se desconsidera o que permanece constante. Assim, cada nova espécie seria “superior” à que a antecedeu, culminando no *Homo Sapiens*. Esta noção é unilateral e surrealista porque ignora aquilo que permanece igual nas espécies. Ela torna difícil aceitar, por exemplo, que a constituição genética de um chimpanzé tenha 99,4% em comum com um ser humano (Wildman, 2002).

Assim sendo, podemos considerar a principal vítima do “evolucionismo” na teoria de desenvolvimento da Psicanálise o próprio Freud, quando reduziu os símbolos orais, anais e genitais às fases do desenvolvimento psicobiológico da personalidade. Na Psicologia Analítica, isso ocorreu com Neumann, quando reduziu o Arquétipo Matriarcal e o Arquétipo Patriarcal e seus mitos característicos a patamares históricos. Na Antropologia clássica encontramos o viés evolucionista nas obras de Levy-Bruhl, Tylor e Frazer, quando consideraram as culturas tribais num estágio primitivo e inferior à cultura européia. Sabemos como a Antropologia de campo iniciada por Franz Boas invalidou esse viés evolucionista e criou a Etnologia moderna, que estuda cada cultura como ela é.

No entanto, ao retirarmos esse viés evolucionista da obra de Neumann, não necessitamos abandonar também a dominância do Arquétipo Matriarcal em muitos aspectos das culturas tribais, a dominância do Arquétipo Patriarcal em vários períodos da História e a interação matriarcal-patriarcal na formação da Consciência individual e coletiva. Isso não significa de forma alguma, porém, considerar um arquétipo melhor que o outro e uma cultura ou estado de Consciência inferior a outro. Se um arquétipo

apresenta vantagens na sua aplicação a determinado problema da realidade, em outra atuação ele será desvantajoso e sua coordenação por outro arquétipo será melhor, e assim por diante.

Infelizmente, aqueles que, justificadamente, mais criticam Neumann pelo seu viés evolucionista, como Giegerich (1975) e Fordham (1996), também não souberam relacionar as etapas da vida com suas dominâncias arquetípicas características, sem reduzir os arquétipos às fases do desenvolvimento. Ao não fazê-lo, deixaram o desenvolvimento da criança sem um referencial arquetípico. Porém, por mais que se critique justamente o evolucionismo em que incorreu Neumann, não vejo como negar a dominância do Arquétipo Matriarcal na primeira infância e o embate entre os Arquétipos Matriarcal e Patriarcal na passagem para a segunda infância e a socialização da criança.

Para concebermos a dominância do Arquétipo Matriarcal na primeira infância e, ao mesmo tempo, evitar o redutivismo da relação primária à mãe, à mulher e ao “feminino”, a Psicologia Simbólica Junguiana ampliou o conceito de Arquétipo da Grande Mãe para Arquétipo Matriarcal, tornando-o o arquétipo da sensualidade, do desejo e da fertilidade igualmente na personalidade do homem e da mulher, não somente na primeira infância, mas durante toda a vida.

Além dos Arquétipos Matriarcal e Patriarcal, o que torna possível o embasamento arquetípico das transformações da criança é o conceito de **função estruturante** que é por definição arquetípico e, por isso, presente durante toda a vida. O conceito da grande fase de dependência infantil (simbiose), nos dois primeiros anos de vida, que gera a diferenciação-individuação de Mahler, equivale ao apego, ansiedade, agressividade, perda e depressão, tão minuciosamente descritas por Bolby, e pode ser descrita a partir das funções estruturantes arquetípicas de apego e desapego, união, sacrifício e separação no processo de elaboração simbólica pelo resto da vida.

Desenvolvimento e Arquétipo (Estrutura)

Não há dúvida que o desenvolvimento da Consciência, ou seja, da sua história, por ser circunstancial é um parâmetro oposto ao de sua estrutura, isto é, dos seus arquétipos, que são permanentes. Como então reunir este par de opostos para estruturar a Consciência sem afastar-se de um ao descrever o outro e cair no viés “evolucionista” como fez Neumann ou no viés arquetípico, no qual só se vêem as metáforas arquetípicas sem associá-las ao desenvolvimento do Ego, como fez Hillman (1983)?

A Psicologia Simbólica Junguiana respondeu a esse desafio com a criação do conceito de **símbolo estruturante** que é sempre, ao mesmo tempo, histórico e

arquetípico, mesmo quando é pessoal ou coletivo. Histórico porque expressa o aqui e agora formando a identidade do Ego e do Outro, e arquetípico porque sua raiz está sempre imersa no Arquétipo Central e nos demais arquétipos do Inconsciente Coletivo. Histórico como a flor de lótus, que uma tarde desponta na superfície do lago, mas arquetípica porque sua raiz mergulha e se alimenta no tempo primordial da vida, no mítico *illud tempore*, o tempo sem tempo, que se revela sempre e de novo no tempo da vivência. Propõe-se, assim, o **conceito de desenvolvimento simbólico, um referencial histórico e estrutural**, para a personalidade e a cultura através do conceito de símbolo estruturante. Pelo fato do referencial ser aqui concebido através dos arquétipos à volta do quatérnio arquetípico regente e do Arquétipo Central, tanto para o desenvolvimento do Self Individual, quanto para o do Self Cultural, e até mesmo para qualquer elaboração simbólica circunstancial, podemos buscar paralelos para amplificar o desenvolvimento histórico, individual ou coletivo, evitando o evolucionismo.

A Observação da Criança e a sua Interpretação Teórica

A descrição do desenvolvimento da Consciência no início da vida por qualquer teoria psicológica requer uma operação bilateral que se origina na investigação da criança e nos possíveis significados das reações observadas. De um lado, a **observação**. Do outro, a correlação dos eventos observados com a teoria de desenvolvimento adotada. Esta segunda etapa constitui a **interpretação ou inferência**. O intérprete é sempre um tradutor de uma linguagem para outra. No caso da Psique, uma linguagem é a observação. A outra é formada pelos significados imputados a ela, o que depende da teoria dentro da qual o pesquisador interpreta o desenvolvimento psicológico. Como observou Margareth Mahler,

A questão do tipo de influências que podem ser feitas da observação direta do período pré-verbal é muito controverso. O problema é complicado pelo fato de que não somente a criança é pré-verbal, como as características verbais do observador-conceituador prestam-se muito pouco à tradução deste material (...) no qual acreditamos que a empatia sinestésica desempenha um papel central. (Mahler, 1975, pp. 13 e 14)

A observação científica do comportamento da criança é hoje amplamente praticada. Foram-se os dias em que se julgava a criança uma mente vazia, uma tábula rasa, esperando ser preenchida com os ensinamentos dos adultos para educar-se e civilizar-se. Constata-se, pelo contrário, que, desde o início da vida intrauterina, a criança interage fartamente com o meio ambiente e seus cuidadores. Cada vez mais nos familiarizamos com o mundo de permanente transformação psicobiológica e aumento

progressivo da capacidade da Consciência em que ela vive. Contudo, pelo fato de a interpretação das características do desenvolvimento expressar a teoria psicológica do pesquisador, temos uma variedade enorme de significados para os fatos observados, alguns absurdamente errados.

O melhor exemplo de um erro teórico desastroso na interpretação de fatos observados no desenvolvimento da criança foi a interpretação reducionista do espectro do autismo a um distúrbio afetivo da relação primária (“a mãe geladeira”) pelo fato de havê-lo reduzido à reação emocional com o seio, antes de se pesquisar os inúmeros fatores genéticos, neurológicos, imunológicos e alimentares que afetam esse espectro (Rimland, 1964; Seroussi, 2001).

Desde que Freud descreveu a formação da Consciência através do Complexo de Édipo, tudo mudou na visão cultural do símbolo da criança. Não pelo conceito “normal” de Complexo de Édipo, que transformou a criança no “perverso polimorfo”. Já me referi a isso como uma defesa patologizadora do normal pela Psicanálise (Byington, 2005). Tudo mudou porque passamos a perceber a importância das emoções das crianças na relação primária para formar a identidade. O caso do pequeno Hans e do tratamento de sua fobia aos cinco anos de idade, foi também um marco histórico da terapia infantil (Freud, 1905), mesmo não se concordando com a interpretação da fobia como expressão do complexo de castração. Esta mudança foi ainda mais acentuada, quando Melanie Klein descreveu a inveja do seio do bebê e enraizou a inveja no Instinto de Morte, concebido por Freud. Novamente, a importância deste feito não se deve à patologização da inveja do seio e sim à antecipação da formação da identidade, dentro de reações emocionais e da imaginação, para o primeiro ano de vida (Klein, 1932). Quanto à reação dos pais aos filhos na relação primária, um grande marco na Psicanálise foi o trabalho de Arnaldo Raskovsky sobre Filicídio (1982).

Muitos Estudiosos do Desenvolvimento Infantil são Redutivistas

Influenciados por Freud, Ana Freud e Melanie Klein, dentre outros, muitos pesquisadores passaram a atribuir às observações do desenvolvimento infantil os mais diversos significados pelo fato dos seus esquemas referenciais serem diferentes. Citemos apenas alguns como: Freud (1905); Anna Freud (1927); Melanie Klein (1932); Gesell (1940); Fairbairn (1952); Neumann (1955); Winnicott (1964); Jacobson (1964); Stern (1985); Köhler (1988, 1990); Bowlby, (1969, 1973, 1980); Mahler (1975); Fordham (1994), Lichtenberg (1983, 1989a, 1989b, 1992, 1996) e Jacoby (1999).

Nenhum desses autores, exceto Neumann, teve a preocupação explícita de articular o desenvolvimento da Consciência da criança com os arquétipos. No entanto, muitos autores influenciados pela Psicanálise, como Mahler e Bolby, descreveram as funções de **apego** e de **separação** operando durante toda a vida, o que as coloca como **funções estruturantes arquetípicas** e evita seu emprego exclusivamente na infância de maneira redutiva.

Outros autores, porém, como aqueles que se baseiam nas zonas erógenas, por exemplo, reduzem as características do desenvolvimento às etapas do desenvolvimento físico da infância, o que os torna redutivistas.

Há autores, porém, que se dividem entre um desenvolvimento que podemos dizer ser embasado arquetipicamente e outro que é redutivista, posto que circunstancial. Um exemplo é Melanie Klein. No aspecto redutivista de sua obra, vemos a centralização de muitos significados simbólicos ao seio, incluindo os símbolos da Sombra e da função estruturante da ética com os conceitos de seio bom e de seio mau. Por outro lado, vemos um embasamento arquetípico, quando ela transforma as **fases** esquizoparanóide e depressiva do Ego do primeiro ano da criança em **posições** presentes em qualquer momento da vida.

Quando não se embasa o desenvolvimento emocional da criança nos arquétipos, ou em funções estruturantes arquetípicas por mais que não se queira, o perigo de se cair no viés redutivista é grande, pois descrevemos as características da criança radicalmente diferentes do adulto, sem relacionar essas diferenças com as características que permanecem. O principal referencial da Psicologia Simbólica Junguiana, que permite relacionar as mudanças, da identidade do Ego com os arquétipos, é o **processo de elaboração simbólica**. Assim, a transição da fase simbiótica para a fase de separação-individação descrita por Mahler, pode ser relacionada com a transição da posição insular de dominância matriarcal para a posição polarizada de dominância patriarcal, em toda e qualquer elaboração simbólica para o resto da vida. A cena primária, descrita por Freud reduzida à conotações sexuais, por exemplo, pode ser percebida arquetipicamente como a matriz da interação posterior das polaridades. O objeto transicional de Winnicott pode ser encontrado em toda e qualquer elaboração simbólica posterior, pois toda vivência simbólica é sempre, também, arquetipicamente uma vivência de transição. O complexo de castração, por sua vez, pode ser compreendido como a ansiedade de transgredir o padrão tradicional inerente à criatividade durante toda a vida. O próprio Superego pode ser visto como a moral coletiva tradicional, que se torna fonte de angústia e castração simbólica, sempre que o processo individual colide com as tradições.

A Negação de Hillman do Desenvolvimento do Ego As Cinco Posições Arquetípicas da Polaridade Ego-Outro

No seu livro *Re-Visando a Psicologia*, Hillman (1975) rotula a conceituação do Ego de Freud como uma ditadura monoteísta da razão que unifica a Consciência e nega a sua multiplicidade. Fazendo uma analogia com o controle centralizado do Império Romano, ele repudia a teoria da formação do Ego pela Psicanálise e propõe um retorno à Grécia, com uma psicologia politeísta que tenha suas raízes policêntricas nos complexos. Baseado nesse enfoque, ele renega qualquer Psicologia do desenvolvimento e formação do Ego, e preconiza uma Psicologia exclusivamente arquetípica e imaginal, que se expressa por metáforas amplificadoras e reveladoras dos significados arquetípicos (Hillman, 1975, pp. 24-30).

Ao negar o conceito centralizador do Ego e a importância do estudo do seu desenvolvimento, Hillman busca invalidar teoricamente uma das maiores descobertas de Freud, que é a formação do Ego a partir das relações primárias. Ao repudiar o monoteísmo e privilegiar o politeísmo, Hillman realiza uma *enantiodromia*. Rebelando-se, com razão, contra a unilateralidade da centralização, ele, a meu ver, cai no pólo oposto, na pluralidade, e continua incorrendo na desarmonia dos opostos, na *hybris*, que quis combater. Utilizando uma polaridade tão estudada por Hillman, parece-me que o Puer devorou o Senex e inverteu a unilateralidade. Esse redutivismo à imagem pluralista limitou a busca da individuação, que reúne as polaridades, entre as quais, unidade e pluralidade, processo e metáfora, Puer e Senex (Byington, 1965).

Concordo com Hillman que é necessário evitarmos na Psicologia a generalização do padrão centralizador unilateral da Consciência, estabelecido por Freud, em função da dominância patriarcal presente na sua perspectiva. No entanto, para fazê-lo, não necessitamos negar a descoberta do Ego, nem as circunstâncias de dominância patriarcal durante o processo de seu desenvolvimento, pois existe uma outra maneira de contornar esse problema teórico, que é a teoria simbólica das cinco posições arquetípicas da Consciência. Nessa teoria, a posição dialética de alteridade transcende a posição polarizada patriarcal sem invalidá-la.

A Psicologia Simbólica Junguiana centraliza a atividade psicológica no processo de elaboração simbólica desempenhado pela ação das funções estruturantes sobre os símbolos estruturantes, que formam sistemas estruturantes expressos pela polaridade Ego-Outro na Consciência.

A elaboração simbólica é coordenada por quatro Arquétipos Regentes, que operam à volta do Arquétipo Central. Assim, estes cinco arquétipos se expressam por cinco posições típicas da polaridade Ego-Outro na Consciência.

Os Arquétipos Regentes são os Arquétipo Matriarcal, expresso pela polaridade Ego-Outro na posição insular; o Arquétipo Patriarcal, na posição polarizada; o Arquétipo da Alteridade, na posição dialética; e o Arquétipo da Totalidade, na posição contemplativa.

Quando tem início a elaboração de um determinado símbolo, a polaridade Ego-Outro apresenta-se na Consciência na **posição indiferenciada** (Urobórica, de Neumann), coordenada pelo Arquétipo Central. O passo seguinte ocorre na **posição insular**, coordenada pelo Arquétipo Matriarcal, na qual a polaridade Ego-Outro se expressa de maneira muito íntima, apegada e simbiótica, com múltiplas ilhas dentro da Consciência. Uma ilha pode manifestar a função da agressividade; outra, da afetividade; outra, da fome; outra, do sono. A separação destas ilhas não forma um *split* ou dissociação, porque elas se comunicam por uma energia inconsciente coordenada pelo Arquétipo Central. Este padrão é encontrado em muitas configurações mitológicas politeístas, onde predominam mitos da natureza.

A seguir, a elaboração simbólica ocorre pela coordenação do Arquétipo Patriarcal na **posição polarizada**. A abstração desta posição permite representar as polaridades formando pares de opostos assimétricos e elitistas. Estabelece-se, assim, uma Consciência dualista com um alto poder de organização centralizada baseada na causalidade. Foi neste padrão de Consciência que Freud descreveu a formação do Ego centralizador e unificador, que Hillman questiona e quer rever, repudiando nessa revisão o próprio desenvolvimento do Ego. No entanto, o Ego pode se desenvolver e se expressar também em outros padrões, dentro dos quais continua a representar a identidade, se bem que de maneira muito diferente. O padrão patriarcal corresponde à mitologia monoteísta, como aquela que ocorre no Islamismo e no Judaísmo.

A elaboração simbólica continua na **posição dialética** do Arquétipo da Alteridade, na qual a polaridade Ego-Outro se relaciona democraticamente em igualdade de condições, num padrão fraterno que Neumann e Hillman relacionam com o Mito de Eros e Psique. Este padrão dialético é também muito bem ilustrado pela função da compaixão dentro da polaridade Ego-Outro, que é a característica central do Mito de Buddha e do Mito Cristão. Não me refiro ao Budismo e ao Cristianismo, cujas histórias apresentam muitas circunstâncias de dogmatismo pela retomada da posição polarizada patriarcal, e sim aos seus mitos, centralizados no padrão dialético de alteridade. A abertura da Consciência para a posição dialética da alteridade permite a vivência dos opostos com tamanha amplitude que transcende a causalidade e melhor se expressa pela sincronicidade, que abrange todas as formas de relacionamento entre os opostos dentro do mistério do Ser. Este padrão de Consciência é encontrado em muitos temas

mitológicos, que configuram um **politeísmo centralizado**, como encontramos na Grécia Antiga, na Índia e na mitologia Assírio-Babilônica. Este politeísmo é centralizado num poder organizador e deve ser diferenciado do politeísmo predominantemente expresso em função das ilhas que correspondem às funções da natureza.

Por conseguinte, ao concordar com Hillman que a alteridade é capaz de produzir o maior número concebível de metáforas ou significados simbólicos, não posso concordar em abrir mão do processo de desenvolvimento do Ego, nem em prescindirmos do funcionamento da Consciência na posição insular matriarcal nem na posição polarizada patriarcal. É que na posição insular matriarcal forma-se a dependência, o apego (participação mística) e na posição polarizada estrutura-se arquetipicamente o desapego ao matriarcal e a interdição do parricídio e do incesto. Sem estes dois arquétipos não se forma nem se diferencia a identidade e a Consciência. Estas duas posições da polaridade Ego-Outro são imprescindíveis para a aquisição da Consciência múltipla dentro da noção unitária, que eu descrevi na posição dialética do Arquétipo da Alteridade.

Independentemente de dominar ou não o funcionamento da Consciência em determinadas circunstâncias, os arquétipos estão sempre presentes no Self e podem atuar inconscientemente. Assim é que o Arquétipo da Alteridade está presente em toda matéria viva e propicia a interação de polaridades para chegarem a um denominador comum, como mostraram Cannon, na busca psicológica da homeostasia, e von Bertalanffy, na descrição do princípio de múltiplo retorno (*multiple feedback system*), que hoje faz parte da teoria dos sistemas.

A elaboração de qualquer símbolo culmina na **posição contemplativa**, na qual a polaridade Ego-Outro se reaproxima e se esmaece, permitindo ao Self uma vivência consciente da totalidade. Nesta posição, o Ego deixa de ser agente e passa apenas a contemplar. Esta característica levou muitos autores, sobretudo orientais, a descreverem uma “Consciência sem Ego”. Creio ser esta formulação inadequada porque limita a percepção das cinco posições arquetípicas possíveis de o sujeito vivenciar o Ser.

As Atitudes Passiva e Ativa na Elaboração Simbólica

Na **atitude passiva** da elaboração simbólica, as funções estruturantes atuam sobre os símbolos estruturantes à revelia do sujeito. Estamos em um cinema, muito interessados no enredo do filme e não nos damos conta que o ar refrigerado está cada vez mais frio. No final da sessão, começamos a espirrar e ao sair da sala vemos a diferença de temperatura com o exterior, e só aí percebemos que, mais uma vez, nos resfriamos. Até aqui a vivência simbólica do resfriado foi passiva. Mas, se vamos à

farmácia, compramos e tomamos um antitérmico e antialérgico, nossa atitude diante da elaboração do símbolo do resfriado passa à **atitude ativa**.

A atitude ontológica mais passiva possível frente à elaboração simbólica é o momento mais importante da nossa vida: **nossa própria concepção!** Os gametas de nosso pai e de nossa mãe encontram-se e nos geram. Que símbolo tão fundamental para nós e que passividade extrema diante dele! Daí em diante, porém, nós o elaboraremos de maneira cada vez mais ativa. Já no útero começamos a participar ativamente da elaboração de nossa vida, quando começamos a chupar o dedo, beber e urinar líquido amniótico, e espernear...

A Psicologia Arquetípica e a Psicologia Simbólica Junguiana

Há muitas semelhanças, mas também muitas divergências entre estas duas teorias. A maior semelhança está na interação dialética das polaridades que descrevi dentro do referencial de Arquétipo de Alteridade e que Hillman elegera para seu “fazer a alma” através da dimensão metafórica. Aqui já está, porém, uma grande diferença.

Ao invés da metáfora imagética, principal expressão da Psicologia Arquetípica, elegi o conceito de símbolo estruturante que abrange, como já enumerei, todas as possibilidades de expressão psíquica, junto com o Ego e os padrões arquetípicos da Consciência. Assim, podemos desenvolver uma Psicologia “imaginal” muito além da imagem e sem nos privarmos de uma teoria de desenvolvimento simbólico da Consciência, mas pelo contrário, empregando todas estas características da imaginação como símbolos e funções estruturantes da formação do Ego e da Consciência.

Outra diferença é que o conceito de símbolo estruturante abrange a polaridade cognitiva do espírito e a emocional da alma, para elaborar e formar a Consciência e a Sombra e, portanto, se a Psique é espírito e alma, sua construção não pode ser reduzida exclusivamente a um processo de “fazer a alma”, como propõe Hillman. A teoria de formação e desenvolvimento do Ego e sua disfunção na constituição da Sombra pertencem a uma atividade espiritual. Ao negá-las, Hillman rejeita uma importante atividade do espírito para formar a alma.

Durante a descrição das etapas do desenvolvimento da personalidade, poderemos ver mais claramente que, ao renegar uma teoria de formação do Ego, a Psicologia Arquetípica, apesar de sua riqueza metafórica, prescinde da capacidade teórica para descrever o funcionamento do Ego sob a dominância insular matriarcal, que coordena o apego e no qual o abandono pode gerar uma ferida mortal (Spitz, 1973) e a dominância patriarcal, condição necessária para estruturar o Ego com os limites da agressividade

(homicídio-parricídio) e da sensualidade (perversãoincesto) dentro da socialização da criança.

Desta maneira, podemos atender à proposta de revisão da Psicologia tradicional, embasando-a nos arquétipos, sem desperdiçar essas duas descobertas extraordinárias de Freud, que são o conceito de Ego como a representação unitária da dimensão subjetiva e o seu processo de desenvolvimento a partir das relações primárias. Dentro do padrão de Consciência coordenado pela dominância do Arquétipo da Alteridade, a Consciência é capaz de exercer a pluralidade politeísta de identidades do Ego dentro da unidade monoteísta da sua identidade. A proposta da preferência politeísta de Hillman, substituindo o referencial centralizador (monoteísta patriarcal) de Freud, configura-se assim como uma *enantiodromia*, que troca a unidade pela pluralidade.

Uma outra diferença está na “intimidade” com que a Psicologia Arquetípica trata a dimensão transcendente dos deuses, ilustrada pelo título da obra *Encarando os Deuses* (Hillman, 19xx). É importante percebermos que a posição dialética de alteridade estabelece uma relação democrática entre os opostos, que se traduz no direito de cada pólo expressar sua plena realidade, mas que, em momento algum, postula a igualdade dos opostos. Como bem expressou Rui Barbosa, nada mais errado e injusto que considerar iguais os desiguais, quando buscamos democraticamente dar direitos iguais aos desiguais.

Estabelecer uma relação dialética entre o Ego e os arquétipos no Eixo Simbólico não significa em momento algum pretender igualar a dimensão profana à dimensão transcendente. Tal onipotência configura uma grave *hybris*, que sempre foi drasticamente punida. Basta pensarmos na tragédia de Actaeon que, pelo fato de ver Ártemis desnuda, foi dilacerado por seus mastins, ou Sêmele, que incendiou-se ao olhar para Zeus em sua majestade divina.

Uma diferença ainda maior entre as duas teorias está na conceituação da Sombra e da patologia. A Psicologia Arquetípica aumentou a ambigüidade do conceito de Sombra e da função estruturante da ética e da patologia presentes na Psicologia Dinâmica (Byington, 2006). Compreendo a idéia de **patologizar** desenvolvida por Hillman (1978) no seu livro *Mito da Análise*. Seguindo a Escola Existencial, (Rollo May, 1961), ele situa a patologia como uma dimensão do Ser, junto com a morte. Dentro da perspectiva da alteridade essa posição é muito produtiva, pois nos permite focar a relação dialética entre o normal e o patológico, com grande proveito para a compreensão das polaridades do Self. Mas, do ponto de vista terapêutico e da compreensão do desenvolvimento da criança, essa posição favorece indiscriminação e ambigüidade, sobretudo por ser

acompanhada da recusa em levar em conta a formação do Ego e de considerar a Sombra e a patologia disfunções dessa formação.

Do ponto de vista filosófico, para se formular a sabedoria da igualdade dos opostos podemos dizer como no Hinduísmo, que tudo é Maia, ilusão, posto que “tudo o que é circunstancial passa, só a transcendência fica”; ou então como o Tao, que o Yin e o Yang são iguais. Nas posições da dialética na alteridade e da contemplação, na totalidade, essas perspectivas são muito sábias e profundas, para perceber o processo psicológico como um todo. Mas, para atingirmos essa profundidade, necessitamos de um desenvolvimento do Ego na posição insular matriarcal e na posição polarizada patriarcal, nas quais as polaridades são por definição assimétricas, e, por conseguinte, **não têm direitos iguais**. A patologia, ou seja, a Sombra formada por fixações na posição insular matriarcal nas identificações primárias pode gerar feridas de abandono, miséria e estigmatização, cuja gravidade inclui a depressão anaclítica mortal. (Spitz, 1965) Os pais não podem ter a mesma inconsciência que os filhos. Da mesma forma, fixações que incidem na posição polarizada patriarcal podem gerar vivências de abuso sexual e moral, humilhações, injustiça e irresponsabilidade que podem formar fixações e defesas de suma gravidade. Vivências de “igualdade dos opostos” entre pais e filhos geram abuso de poder e perversão, inadmissíveis durante a formação da personalidade, sob pena de acarretar terríveis deformações. Nos dinamismos matriarcal e patriarcal, os opostos **são muito assimétricos** e o Ego da criança em formação, **na posição passiva**, precisa unilateral e preventivamente, do cuidado, afeto e proteção dos cuidadores **na posição ativa**. Sem isso, ele não poderá atingir o desenvolvimento necessário para o exercício da alteridade e da totalidade. Sua capacidade de metaforização fica fixada e inviabilizada. Não adianta “falarmos” da formação da alma, se negamos essa parte importantíssima do *Logos*, do espírito, na Psicologia do desenvolvimento do Ego, que favorece e protege a alma na sua infância

O Campo Arquetípico e a Imaginação

O principal conceito da Psicologia Simbólica Junguiana, que serve de referencial para nossa teoria de desenvolvimento, é que a Consciência se desenvolve dentro do campo simbólico, coordenado já desde a expectativa da gestação pelo Arquétipo da Criança e pelo Arquétipo Central. A teoria de campo psicológico, iniciada na Psicologia da Gestalt por Köhler (1920) e desenvolvida por Kurt Lewin (Garcia-Roza, 1972) é uma amplificação esclarecedora para esta teoria do campo simbólico. A diferença está em que aqui se enfatiza essencialmente a formação dos símbolos estruturantes através dos

eventos e dos significados inerentes ao campo arquetípico em que estes ocorrem. Note-se que, nesta perspectiva, o campo básico é formado pelo Arquétipo Central e pelo Arquétipo da Criança, influenciados sempre também pelos Arquétipos Regentes e pelos outros arquétipos. Dentro da perspectiva do campo simbólico, todas as vivências se tornam símbolos estruturantes elaborados por funções estruturantes dentro da imaginação para formar e transformar a identidade do Ego e do Outro na Consciência. (Veja gráfico no final).

O conceito do campo simbólico arquetípico à volta do Eixo Simbólico permite-nos perceber a elaboração dos símbolos e funções estruturantes reunindo sempre qualquer vivência circunstancial a um referencial arquetípico dentro das várias dimensões do Self. A função estruturante da alimentação, por exemplo, elabora os símbolos que ocorrem com a sucção e a amamentação dentro do campo simbólico do Arquétipo Matriarcal, do qual participam tanto a vitalidade da sucção da criança quanto a disponibilidade da mãe ou de outro cuidador para amamentá-la. A vitalidade da criança é afetada por seu estado orgânico e suas reações emocionais, da mesma forma que a disponibilidade da mãe pode ser influenciada pelas condições físicas do seio e do seu estado emocional.

A Formação de um Complexo Materno Negativo já Antes do Nascimento

Uma jovem de 22 anos buscou terapia por sentir-se sempre revoltada com tudo. Desde o nascimento, havia apresentado uma reação muito negativa à sua mãe, o que surpreendeu a todos. Não aceitou o seio na primeira mamada e, daí em diante, negou-se terminantemente a mamar, tendo sido alimentada por mamadeira. A relação mãe-filha foi sempre uma guerra. Todo o processo analítico da filha girou em torno de desamor, ódio, mesquinharia, e culpa centralizados no complexo materno negativo. Ela, dois irmãos, o pai e a mãe fizeram uma terapia de família em função dessa problemática mãe-filha. Durante essa terapia, a mãe e ela atuaram acusações recíprocas com características muito semelhantes. A mãe, por sua vez, havia tido também uma relação muito infeliz e culpada com sua própria mãe e, quando grávida dessa filha, havia fantasiado que, com ela, “pagaria os pecados da relação com sua própria mãe”. A partir da terapia familiar, a mãe também foi buscar terapia individual.

Aos poucos, a mãe e a filha foram descobrindo o quanto eram igualmente carentes e necessitadas de afeto e de compreensão para a sua frustração e o seu ódio. Não temos elementos para afirmar, com segurança, através da criança reconstruída da filha, que o repúdio do bebê ao seio, nesta relação primária, tenha se originado nas emoções do bebê. Essa possibilidade suscita a dúvida de como pode um bebê atuar tão precocemente

um repúdio ao seio como reação à personalidade da mãe. A teoria do campo simbólico permeado pela imaginação considera essa hipótese possível, baseada no postulado de que todos os acontecimentos primários estão imersos no campo simbólico. A hipótese nesse caso, seria que, ao repudiar o seio, o bebê tenha atuado um complexo materno negativo que já estava presente no campo simbólico durante a gravidez.

Dentro do campo simbólico, as polaridades estão presentes nos símbolos e nas funções estruturantes em grau variável. As polaridades consciente-inconsciente, subjetivo-objetivo, orgânico-emocional, união-separação, ativo-passivo, satisfação-frustração, pensamento-sentimento, intuição-sensação, afetividade-agressividade, narcisismo-ecoísmo e auto-afirmação-vinculação, por exemplo, estão presentes no campo simbólico, pois fazem parte arquetipicamente dos símbolos e funções estruturantes, em proporção variável durante a elaboração simbólica.

No caso da observação das reações de crianças e, principalmente, de bebês, como aconteceu com o possível repúdio do bebê ao seio, no caso acima, as várias teorias psicológicas podem nos levar a conclusões muito diferentes. Caso esse referencial fosse a teoria kleiniana da inveja do seio e do instinto de morte, por exemplo, poder-se-ia facilmente considerar o repúdio do seio pelo bebê como expressão da inveja e do instinto de morte. Caso esse referencial fosse freudiano, a interpretação mais plausível possivelmente seria o repúdio edípico da mãe. Num contexto adleriano, o conflito seria a expressão da competição precoce de poder, e assim por diante. Qual seria o referencial na Psicologia Simbólica Junguiana para interpretarmos esse complexo materno negativo na análise da filha, seja na criança real, seja no imaginário da criança reconstruída? Nessa teoria símbolo-cêntrica não existe uma interpretação pré-estabelecida dos símbolos, pois ela é revelada pela própria elaboração simbólica. Esta elaboração pode lançar mão de técnicas expressivas, e nesse caso, estaria especialmente indicada, sobretudo, a imaginação ativa da filha com a mãe, junto com seus sonhos, sua história e suas vivências transferenciais.

A posição teórica da Psicologia Simbólica Junguiana diante dos símbolos e funções estruturantes da criança é tão símbolo-centrada como aquela adotada na psicologia do adulto, mesmo quando a criança ainda é incapaz de simbolização ativa, pelo fato de ela desenvolver sua identidade dentro do campo simbólico.

As Teorias de Desenvolvimento de Neumann e de Fordham

Abordarei sucintamente a obra de Michael Fordham e de Erich Neumann para compará-las com os conceitos por mim adotados, por três razões.

A primeira é que eles são, até hoje, os principais teóricos junguianos do desenvolvimento arquetípico da criança. O segundo é que sua obra é baseada em tipologias opostas. Ambas são expressas por uma função pensamento muito bem articulada, mas a obra de Neumann (1949 e 1960) é organizada predominantemente em torno da intuição da relação primária e a de Fordham (1994) em torno da função da sensação. A terceira é que Fordham criticou mordazmente a teoria de Neumann comparando-a com a sua, o que nos dá ainda mais elementos para percebermos as diferenças entre os dois enfoques (Fordham, 1995).

O Emprego dos Arquétipos Matriarcal e Patriarcal na Formação da Identidade

A receptividade extraordinária nos meios junguianos, do livro *A Criança*, de Neumann, se deu, a meu ver, pelo fato de ele haver descrito, pela primeira vez, o desenvolvimento da personalidade dentro do referencial simbólico de dois grandes Arquétipos Regentes, o Matriarcal e o Patriarcal, em função do conceito de individuação, de Jung.

Evitando a conotação evolucionista-etnocêntrica em sua obra, sobejamente invalidada pela Antropologia moderna, considero a abordagem arquetípica de Neumann do desenvolvimento da Consciência um marco importante, porque nos permite reunir a formação da Consciência circunstancial, individual, e coletiva com os arquétipos e, em última análise, com o Arquétipo Central. Assim, podemos desenvolver a relação dos Arquétipos Matriarcal e Patriarcal, proposta por Neumann, com grande proveito, quando substituimos a conotação evolucionista pela noção de dominância arquetípica histórica e pela bipolaridade sexual dos dois arquétipos, que adotei ao conceber a elaboração simbólica individual e coletiva através do Quatérnio Arquetípico Regente.

Acho muito valiosos os conceitos de Neumann de Eixo Ego-Self (que denomino Eixo Simbólico), de fase urobórica, que denomino posição indiferenciada, de centroversão e de realidade unitária, pois eles se referem à relação do Ego com o Arquétipo Central, e, por isso, são de grande utilidade quando adotados dentro do processo de Elaboração Simbólica. Discordo, porém, como já mencionei, da identificação que Neumann faz da Consciência e do Arquétipo Patriarcal com o masculino e do Inconsciente e do Arquétipo Matriarcal com o feminino, pois dentro de uma Psicologia símbolo-centrada, os símbolos estruturantes são sempre conscientes e inconscientes em grau variável, junto com os Arquétipos Matriarcal e Patriarcal, na personalidade do homem e da mulher.

O Pai Também Presente na Relação Primária

Quanto ao conceito de relação primária, já questionei a exclusividade da relação mãe-filho em função da mãe onipresente e pai ausente, cujo modelo tradicional na Psicologia atribuo à tradição da família patriarcal. Já mencionei que essa *gestalt* familiar vem mudando progressivamente para incluir o pai também na relação primária. O fato de a relação primária ser diádica não significa que ela seja exclusiva da relação da criança com a mãe ou com qualquer outra cuidadora, pois dentro das ilhas de consciência matriarcal, uma ilha pode ser ocupada com a relação diádica criança-mãe e outras ilhas, com a relação também diádica, criança-pai, criança-babá, criança-avós, criança-irmãos. Assim sendo, considerar o início da relação com o pai somente quando a criança adquire a capacidade verbal triádica, me parece uma projeção adulto-mórfica da família de dominância patriarcal, que não se justifica dentro da relação de alteridade dos pais no processo de individuação que aqui propomos.

Os Arquétipos Matriarcal e Patriarcal na Mulher e no Homem

Quanto ao Arquétipo da Grande Mãe, já justifiquei a sua substituição pela denominação de Arquétipo Matriarcal como o arquétipo, não do feminino, mas da sensualidade e da fertilidade, que é bipolar e abriga tanto o masculino quanto o feminino e, por isso, pode ser percebido na feminilidade da mulher e na sensibilidade do homem. A bipolaridade tanto do Arquétipo Matriarcal quanto do Arquétipo Patriarcal é uma das principais diferenças entre a Psicologia Simbólica Junguiana e a obra de Neumann.

A ampliação dos conceitos de Arquétipo Matriarcal e Patriarcal para a bipolaridade de gênero foi o caminho para definirmos o Arquétipo Matriarcal como o arquétipo da sensualidade e o Arquétipo Patriarcal como o arquétipo da organização. Este passo foi essencial para podermos estabelecer uma ligação funcional dos arquétipos com as neurociências. Ao fazê-lo, percebemos que o Arquétipo Matriarcal se expressa principalmente pelo sistema neurovegetativo, pelo sistema límbico, pelos núcleos vegetativos subcorticais e pelo sistema neuroendócrino e o Arquétipo Patriarcal pelo sistema associativo cortical, pelo sistema sensório-motor e pelo sistema volitivo cérebro-espinhal. Já o Arquétipo da Alteridade se expressa nas diferentes articulações da lateralidade, da interação associativa das polaridades de toda a circuitaria neurológica e do relacionamento neuroendócrino pelo sistema regulador de múltiplo retorno.

Descrevi uma **polaridade tipológica de dominância matriarcal-patriarcal** presente na personalidade e que se apresenta de maneira complementar na maioria dos

casais. Às vezes, essa tipologia concorda com os papéis tradicionais da família patriarcal, na qual a mulher é matriarcal dominante e o homem, patriarcal dominante. Mas, às vezes, não. Nesse caso, o homem matriarcal dominante costuma ser mais dotado para a maternagem que a mulher, o que altera significativamente os papéis familiares tradicionais e a relação primária com os filhos.

A conceituação simbólico-arquetípica do desenvolvimento da criança dentro da Psicologia Simbólica Junguiana busca não reduzir o seu simbolismo ao Self Individual da criança e sempre situá-lo também, nas dimensões transindividuais do Self, sobretudo nas dimensões do Self Familiar, Cultural, Planetário e Cósmico. Nesse sentido, a denominação de Self Corporal, de Neumann, não é adequada, pois reduz o Self Individual a uma das suas dimensões simbólicas, que é a dimensão do corpo. Da mesma forma, não cabe reduzir a relação primária a relação criança-mãe, pois ela inclui qualquer cuidador que dela participe. Dentro da relação de alteridade do Self Conjugal, cada vez mais, o pai também participa da relação primária, ainda que de forma diádica. As famílias extensas, na qual convivem intimamente filhos, pais, primos, tios e avós enriquecem muito as relações primárias, com múltiplos canais simbólicos de desenvolvimento. Entre outras conseqüências, a restrição da relação primária à mãe, como Neumann preconiza, pode se tornar uma fonte de exacerbação indevida da figura materna na formação da identidade da criança, criando limitações futuras significativas no relacionamento conjugal entre o homem e a mulher no Processo de Individuação (Dinnerstein, 1976).

A Psicologia Simbólica Junguiana segue o caminho de Neumann, pois foi ele, quem melhor descreveu o desenvolvimento da Consciência, articulando a função da identidade com o Arquétipo Central através de dois dos quatro Arquétipos Regentes. Apesar de discordar de vários de seus conceitos, acho que o seu exemplo foi pioneiro e mostrou o caminho para descrevermos o desenvolvimento simbólico e arquetípico da Consciência. Há que se considerar também que a obra de Neumann, *A Criança*, (1960), é uma publicação póstuma que ele não chegou a revisar completamente.

Quanto à obra de Fordham, exceto pela concepção do funcionamento da totalidade arquetípica do Self desde o início da vida e da descrição da deintegração e integração nas transformações do Ego, todos os demais conceitos referenciais são de Freud, Melanie Klein e da Teoria das Relações Objetais da Escola Inglesa de Psicanálise, como, por exemplo, o Complexo de Édipo, a cena primária e o Complexo de Castração, as ansiedades primárias e a necessidade das defesas para o desenvolvimento normal. Tenho enaltecido o valor dessas descobertas, ao mesmo tempo em que aponto o seu viés patologizante (Byington, 2006).

Da mesma maneira que Fordham, a Psicologia Simbólica Junguiana também incorporou muitos conceitos da Psicanálise, sobretudo da fixação, das defesas, do Complexo de Édipo, do Complexo de Castração, da resistência e da compulsão de repetição, com a diferença de situar essas contribuições dentro do sistema defensivo e de considerá-las exclusivamente dentro da Sombra e da patologia. Minha descrição das funções estruturantes normais, diferentes das funções estruturantes defensivas, me permitiu aproveitar essas grandes descobertas da Psicanálise dentro do sistema defensivo da Sombra e, assim, evitar a patologização do desenvolvimento normal empreendida pela Psicanálise e continuada por Fordham na Psicologia Analítica.

O Símbolo da Polaridade Parental e o Quatérnio Primário do Desenvolvimento

A Psicologia Simbólica Junguiana concebe a formação da identidade basicamente a partir dos significados das relações primárias sobre um pano de fundo quaternário, que propicia a identificação com os pais, com o vínculo entre eles e as reações da criança a essas identificações. Assim sendo, todas as reações da criança aos pais, como, por exemplo, de atração e antagonismo enfatizadas por Freud, e de simbiose e separação, por Mahler, são aqui computadas dentro do processo de identificação e reação a eles. A polaridade parental é o modelo primário de todas as demais polaridades psíquicas. O pai e a mãe são a raiz biológico-genética da criança na família tradicional e são a ponte dos símbolos culturais da História, que tomarão parte na interação do quatérnio primário do Self Familiar. Em outras variedades de família, pessoas diferentes desempenharão os papéis que interagirão com a criança e representarão os símbolos que contribuirão para formar a sua identidade a partir da concepção.

A Polaridade Ego-Outro nas Identificações Primárias

Como já frisei, quando me refiro à formação da identidade, faço-o em função da Consciência que abriga a polaridade Ego-Outro e não exclusivamente do Ego. Assim, o Ego pode se identificar mais com um genitor e o Outro com o outro genitor, mas o mais freqüente é que o Ego e o Outro tenham características variáveis dos dois genitores, tanto de identificação quanto de reação. Este fato é muito importante nas escolhas amistosas e conjugais que o Ego fará durante a vida, que tenderão a reproduzir a polaridade Ego-Outro formada na identidade com os pais, com o vínculo entre eles e nas reações a eles a partir do quatérnio das relações primárias. Estas relações acontecem dentro do princípio da sincronicidade, do encontro único de várias tendências e reações imprevisíveis dos

personagens envolvidos. É difícil predeterminar conseqüências a essas reações ao desenvolvimento, pois a interação entre os cuidadores, deles com a criança e desta com eles e com sua vinculação é tão complexa que ela só se revelará pela elaboração simbólica do que aconteceu.

Minha experiência de consultório com o desenvolvimento de crianças, não se deu essencialmente com a Psicoterapia infantil, apesar de ter feito muitas sessões com crianças, dentro da análise de casais e de ter supervisionado muitas análises de crianças e feito inúmeras terapias de adolescentes e supervisão de aprendizado. Dentro desta experiência, o que mais questiono de terapeutas especializados em análise de crianças e de adolescentes é o trabalho em *setting* fechado sem incluir na terapia a relação da criança com os irmãos e os pais, como preconizou Frances Wickes, a pioneira da terapia infantil junguiana (Wickes, 1927). A influência do Self Familiar no desenvolvimento do Self Individual na personalidade da criança é tão intensa que **não concebo a terapia de uma criança fora de um contexto que inclua sessões também com os pais**. Para tal, recomendo que qualquer analista de criança, adolescente ou adulto, tenha sempre experiência com a terapia de casal e de família.

Acompanhei o surgimento e o desenvolvimento da psicoterapia infantil entre nós, inicialmente inspirada pela escola de Melanie Klein. A técnica adotada era de análise fechada como a de adultos e os pais não só não participavam da terapia dos filhos, como deviam ter um outro analista para sua orientação. Participando inicialmente dessa orientação, aos poucos me dei conta dela ser pouco eficiente, custosa, indevidamente prolongada e por fim concluí ser ela teoricamente errada, pelo fato de pretender elaborar as dificuldades da criança dentro da transferência com o terapeuta e, assim, desperdiçar, a elaboração do vínculo com os pais como agente terapêutico. Quando falamos de relações primárias na primeira infância, nos referimos a símbolos estruturantes que formarão os **complexos materno e paterno** e que terão enorme influência no comportamento normal e sombrio durante toda a vida, até mesmo depois da morte dos pais. Dessa maneira, a influência dos pais no processo terapêutico da criança precisa ser aproveitada tanto para elaborar as reações da criança, como também dos pais, pois a modificação de um pólo em função do outro pode ser empregada para desfazer fixações.

Por isso, recomendo que a terapia de crianças e de adolescentes seja feita com “vaso aberto”, ou seja, que o *setting* terapêutico alterne entre sessões com a criança e sessões com a mãe, o pai, os irmãos e até com algum outro componente da sua vida íntima, como, por exemplo, a babá. Já no casos de adolescentes, recomendo que o terapeuta entreviste inicialmente os pais e que, posteriormente, realize sessões de avaliação com os pais sempre na presença do adolescente.

Noto que essa orientação desperta a resistência de alguns terapeutas de criança quando não têm prática em terapia familiar ou quando têm uma formação teórica centrada no desenvolvimento da criança isolada, que não leva devidamente em conta a influência intensa e permanente dos pais na formação das identificações e reações dos filhos, como concebia Jung.

Nesse sentido, parece-me que Fordham tem o mesmo viés de Melanie Klein de tratar crianças separadas da interação familiar. Em seu livro *As Crianças como Indivíduos* (Fordham, 1994) além de reduzir a maioria dos significados dos símbolos ao referencial kleiniano, intensamente sexualizado e patologizado, apresenta o caso do menino John, de cinco anos, de pai italiano. O menino fugia de casa e tinha intensas crises de agressividade, que haviam causado sua exclusão da escola. Fordham descreve uma clara reação de medo-pânico do menino antes de ficar possuído pela agressividade. Descreveu a agressividade como “seio mau”, e propiciou a formação da neurose de transferência onde o menino chegou a mordê-lo. No entanto, quase no final do caso, observa de passagem que “a violência de John era muito mais difícil de controlar na análise quando o pai o surrava antes”. E continua toda uma teorização sobre o seio mau e a passagem do pré-simbólico para o simbólico.

A impressão psicodinâmica que tenho lendo o caso sugere-me fortes indícios de uma identificação negativa com o pai agressor, desencadeando as crises de descontrole agressivo. Nesse caso, ao invés de induzir todo um processo de neurose de transferência, a portas fechadas, minha orientação teria sido uma sessão com a família com a elaboração da participação do pai e do filho no complexo paterno negativo do filho. Pode ser que esta hipótese não se confirmasse, mas o fato de ela não ter sido sequer tentada, mostra um forte viés, para mim injustificável, em restringir a elaboração da problemática ao Self Individual da criança dentro do Self Terapêutico, sem conjugá-la com a força terapêutica do Self Familiar.

A exclusão dos pais de sessões com o/a terapeuta dos filhos só se justifica, para mim, quando eles são por demais enfermos e apresentam defesas capazes de destruir os vínculos saudáveis dos seus filhos, inclusive com o/a terapeuta. Somente nesses casos, recomendo que os pais tenham seu próprio orientador.

A maior resistência, que tenho visto, da articulação da terapia da criança ou do adolescente com o Self Familiar tem sido o fato da criança ser a depositária da Sombra familiar, que pode incluir não só disfunções graves da personalidade do pai e da mãe, como também do vínculo entre eles. O principal problema nesse caso, passa a ser ético, pois o terapeuta sofre a tentação de aceitar tratar da criança como um caso à parte e manter nela a projeção da Sombra complementando a defesa do Self Familiar.

A compreensão estrutural da formação simbólica da Consciência Individual é de fundamental importância não para reduzir o presente ao passado, mas para amplificar o presente e melhor desenvolver a criatividade do futuro.

A Relação de Poder na Relação Criança-Adulto

De um modo geral, presta-se muita atenção ao lado afetivo de acolhimento e cuidado na relação com a criança. No entanto, a função estruturante do poder é igualmente importante e torna-se ainda mais significativa, porque, pelo fato de ser menos percebida, tem maior oportunidade de atuar na Sombra.

O estudo do poder na relação da criança com os pais na Psicanálise ficou encoberto pela descrição da onipotência do Ego infantil. A fantasia arquetípica que permite à criança participar do mundo de fadas, bruxas, príncipes encantados e heróis escondeu a vivência de inferioridade descrita pela Psicologia Individual de Adler. Ambas as teorias, porém, dificultam a percepção da função do Ego à partir do referencial quaternário que interage o pai, a mãe, o vínculo entre eles e a criança desde a concepção. É dentro deste relacionamento que melhor podemos estudar a função estruturante do poder lado a lado com a função estruturante erótica. Quando assim fazemos, nos damos conta que em muitas situações, inclusive nas formulações teóricas sobre a criança, ocorre um abuso de poder por parte do adulto.

Finalmente, descobrimos que as crianças têm sexo e emoções. E Freud, o pioneiro dessa descoberta, atribuiu a toda criança o desejo do incesto e do parricídio, seguido por Melanie Klein, que lhe atribuiu também a inveja do seio e o instinto de morte. Não se levou em conta que os crimes de Édipo foram a consequência da encomenda do seu assassinato por seus pais. É surpreendente mesmo, que em todo seu estudo do complexo de castração, Freud só tenha centralizado sua interpretação na projeção da culpa da criança e não no medo do ataque de seus pais, ilustrado pelas histórias de bruxas e pelos mitos, como o de Uranos e Cronos que devoravam seus filhos.

Quando hoje estudamos, cada vez mais, as emoções das crianças, levamos ainda muito pouco em conta o que sentem os adultos com as crianças. De um modo geral, idealizamos muito os pais, como se todos amassem incondicionalmente seus filhos e tendemos a atribuir as ansiedades da criança às suas próprias vicissitudes no crescimento, sem levar em conta as inúmeras feridas que lhe são causadas por seus pais. É importante notar que nos países mais avançados em direitos civis, como a Suécia, uma delegacia de polícia já aceita queixas de crianças até mesmo por telefone.

Por isso tudo, o estudo da formação do Ego e de todos os símbolos da infância dentro do quatérnio primário, que inclui a inter-relação entre os pais, o vínculo entre eles e a criança, e as ações e reações desta, desperta muita resistência. É que, quando assim fazemos, percebemos a existência de afeto, frustração, agressividade, sexualidade e formação de fixações, defesas e Sombra na personalidade da criança, como sincronicidade pela participação maior ou menor de cada componente do quatérnio. Da mesma forma que a criança pode sentir todas as emoções possíveis por seus pais, eles também podem sentir por ela. Não se pode interpretar nada, a priori, pois somente a elaboração simbólica pode revelar o grau e o conteúdo das reações de cada um nos símbolos da personalidade da criança. A elaboração exclusiva dos símbolos do Self Individual da criança descontextualizada do Self Familiar é artificial e propicia a atuação defensiva do poder do mais forte sobre o mais fraco, geralmente com a culpabilização e redução dos significados à criança e a omissão da inclusão da possível sombra dos pais na elaboração.

A Testagem da Criança Problema

O estudo de caso de crianças problema é uma situação na qual, freqüentemente, o psicólogo ou o psiquiatra infantil atuam uma aliança de adultos na Sombra do poder. Isso acontece, principalmente, quando o profissional avalia a criança através de entrevistas ou testes e dá um laudo por escrito sobre a criança para os pais ou para a escola, descontextualizado do quatérnio primário, ou seja, da personalidade dos pais, do vínculo entre eles e a criança e das reações desta. Ao fazê-lo, o profissional atua sombriamente o complexo de superioridade do adulto, expondo a intimidade psicológica da criança para que os pais e a escola a usem de acordo com sua perspectiva. Se a criança pudesse reivindicar o respeito à sua privacidade, será que o permitiria?

É claro que o profissional dá o seu laudo, com a melhor das intenções, baseado na idealização das figuras parentais que “querem o melhor para seu filho”, mas, quando temos experiência com o quatérnio primário, vemos que essa idealização pode ser defensiva e que o uso desse laudo pode ter finalidades sombrias dos pais e da escola, que o utilizam como instrumento de poder.

É por isso que considero que qualquer estudo de caso deve ser realizado sobre o Self Familiar, em nível exclusivamente oral. Acredito mesmo que o Estatuto da Criança deveria considerar antiético qualquer laudo escrito sobre a psicodinâmica de uma criança.

O Símbolo da Criança é Muito Poderoso

A função estruturante erótica é muito ativada na vivência e elaboração do símbolo da criança, mas a função estruturante do poder o é igualmente.

Na medida em que o seu corpo muda de forma, a auto-estima da mãe pode diminuir, mas o *status* de grávida costuma compensar e até aumentar sua vaidade abalada. O orgulho do poder associado à fertilidade de um casal só é realmente compreendido por aqueles que amargam o sentimento de inferioridade associado à esterilidade.

Qual é o sexo do bebê? Dependendo do Self Cultural em questão, o poder pode ultrapassar de longe o amor na expectativa do nascimento de um homem. É o poder também que pode determinar a fixação possessiva e incestuosa da mãe com o filho e desencadear o ciúme e o afastamento do pai em relação a ele.

Como já mencionei, a Psicologia Individual de Alfred Adler enfatizou o complexo de inferioridade da criança. De fato, ele é muito enfatizado pelo desnível de tamanho e desenvoltura da criança, mas também pelo sentimento de superioridade com que muitos adultos tratam as crianças. Dentre esses sentimentos, não raro, encontramos a prepotência, o autoritarismo, a agressividade, a possessividade, a crueldade, a inveja, o ciúme, a competição, a covardia, a vingança e outros mais. O uso da criança pelos pais para exercer sua ambição de poder, tem uma diversidade enorme. O abuso de poder, em teoria, é igual ao abuso sexual, em frequência e consequência, apesar de ser menos escandaloso e, por isso, passar mais freqüentemente desapercibido ou em sintonia com o Self Cultural. É que, essa sintonia não só pode ser conveniente, mas até mesmo apoiar o abuso de poder praticado pelos pais, à guisa de ser este um método educativo eficaz. A síndrome da criança sexualmente abusada representa a relação erótica perversa com a criança, com a mesma intensidade que a síndrome da criança espancada ilustra a relação sádica de poder do adulto com a criança. É comum uma família aparentemente normal levar uma criança para fazer uma radiografia de pulmão e aparecer na chapa inúmeras fraturas antigas, já consolidadas, causadas por espancamento.

Por isso tudo, querer compreender a formação da identidade e da psicopatologia da criança desvinculada do relacionamento com seus cuidadores é um procedimento cientificamente errado, insensato e freqüentemente imoral.

A Reação da Criança à Assimetria do Poder

O relacionamento entre os seres vivos que, de alguma forma dependem entre si, é sempre uma interação dentro do princípio de múltiplo retorno, do sistema de *feedback*, que a todos afeta e que a todos transforma em agentes e pacientes. Por mais que os Arquétipos Matriarcal e Patriarcal sejam sempre presentes e relativamente dominantes em todas as situações existenciais, o Arquétipo de Alteridade de alguma forma também se expressa na dialética das polaridades. Assim é que, a criança, mesmo em grande desigualdade pela assimetria de poder com o adulto, quer seja na posição insular matriarcal de dependência sensual ou na posição polarizada patriarcal, pode ascender no poder e até mesmo inverter a desvantagem e dominar o adulto. Pelo fato, dessa inversão se fazer contra a vontade do adulto encarregado de cuida-la, ela ocorre sombriamente através de defesas que prejudicam também a criança.

Na primeira infância, essa inversão de poder geralmente ocorre exatamente na principal função estruturante da inter-relação criança-adulto que é a alimentação. Através de manifestações de ansiedade, possessividade, insegurança, perfeccionismo ou baixa auto-estima de um cuidador, geralmente da mãe, a criança descobre que o fato dela recusar o alimento pode causar um sentimento de impotência que diminui a assimetria e a faz sentir poderosa. Assim, através da manipulação da recusa e aceitação do alimento, ela pode chegar a inverter a assimetria de poder e a dominar a mãe. Já vi casos que chegam às raias do absurdo, nos quais as mães se deixam dominar e se sujeitam a condutas humilhantes para que a criança concorde em alimentar-se. Estabelece-se, assim, um verdadeiro ritual sadomasoquista em cada refeição que transforma a criança num algoz e ameaça a construção normal do Ego.

A Unilateralidade do Desenvolvimento do Ego

É muito importante percebermos que o desenvolvimento do Ego da criança é unilateral, o que ensejará um desequilíbrio no Self. Essa unilateralidade pode gerar Sombra, quando for causada por fixações e defesas, mas também pode ocorrer normalmente por falta de oportunidade de desenvolvimento de muitas funções do Self.

Podem dar origem à unilateralidade:

- O **gênero**: dependendo da cultura, o fato da pessoa nascer homem ou mulher determina o desempenho de papéis sociais que podem resultar numa grande unilateralidade no desenvolvimento. A busca da totalidade através da integração do outro

lado no processo de individuação pode requerer até mesmo o afastamento da cultura original;

- A **lateralidade**: ser destro ou canhoto é uma grande fonte de unilateralidade.

- A **tipologia**: sabemos que a primeira função forma uma polaridade com a quarta, o que favorece o uso e aprimoramento de muitas funções estruturantes e o relegar de muitas outras ao desuso e ao subdesenvolvimento;

- As **aptidões**, os **dons**, as **vocações**: levam-nos a privilegiar o desenvolvimento de certas funções às expensas de outras;

- A **educação**, o **poder aquisitivo** da família e as **diferentes oportunidades** da vida;

- As **fixações e a Sombra**, causam unilateralidade, pelo fato de bloquearem algumas funções estruturantes, que ficam subdesenvolvidas em contraposição às funções não fixadas, que se desenvolvem normal e criativamente.

- As demais **limitações da personalidade**, sejam de que natureza forem, também podem contribuir para a unilateralidade.

O conhecimento da unilateralidade do Ego inerente ao próprio processo de desenvolvimento é muito importante para compreendermos o estado do Ego e do Self no presente, bem como a constelação dos Arquétipos da Anima e do Animus, que buscarão, de várias maneiras, mais tarde na vida, a integração psíquica freqüentemente através de símbolos que, ou ficaram fixados na Sombra ou foram relegados ao subdesenvolvimento, mas que, por alguma razão, se tornaram imprescindíveis para o Processo de Individuação.

As Funções Estruturantes da Projeção e da Introjeção

Melanie Klein descreveu a identificação projetiva como a principal função formadora do Ego. Sabemos que a projeção e a identificação são funções estruturantes da maior importância para transformar conteúdos inconscientes em conscientes. Considero estas duas funções de igual importância e postulo que a identificação projetiva funciona lado a lado com a identificação introjetiva. Assim sendo, podemos projetar um conteúdo inconsciente em outra pessoa e depois com ela nos identificarmos, no caminho de estruturarmos nosso Ego, bem como introjetar características de outra pessoa e com elas nos identificarmos.

Pelo fato das funções estruturantes da projeção-introjeção serem igualmente importantes na elaboração simbólica, elas ratificam a interação. Assim, tanto a criança pode projetar conteúdos nos pais e no vínculo entre eles para identificar-se com esses

conteúdos, quanto introjetar conteúdos e o vínculo entre eles na construção da sua identificação.

A Primeira Etapa da Vida

Ao enfatizar algumas das vivências simbólicas relevantes durante o complexo processo de desenvolvimento, não tenho nenhuma intenção de esgotá-las, mas tão somente de chamar a atenção para a extensão de sua natureza simbólica, para que cada leitor continue ampliando os seus significados com seus próprios recursos. Trata-se mais de destacar alguns parâmetros referenciais gerais do que propriamente a elaboração simbólica em si, específica, pois esta é sempre melhor empreendida a partir da experiência única da constelação dos símbolos, funções e sistemas estruturantes, cuja inter-relação é exclusiva de cada caso.

A Formação Simbólica da Identidade antes e durante a Vida intra-uterina A Simbologia antes da Concepção

A importância do Arquétipo da Criança no Self Individual, Familiar e Cultural é tão grande que a concepção do futuro bebê costuma sofrer influências determinantes muito antes da união e, até mesmo, antes dos pais se conhecerem. Interesses sócio-políticos, financeiros, étnicos e religiosos podem ter grande influência no campo simbólico preparatório para a concepção do bebê, que, posteriormente, desempenharão papéis importantes na formação da sua identidade.

A Concepção antes do Casamento

A identidade da futura criança pode ser influenciada pela concepção antes do casamento, quando ocorre, por exemplo, uma gravidez inesperada durante o namoro. Nesse caso, a criança pode sofrer e ser culpada pela ansiedade de jovens pais ansiosos e inexperientes ou ser criada pelos avós, estabelecendo-se uma duplicidade parental com significados os mais diversos na relação primária.

Ana Maria tem 42 anos e veio buscar terapia já diagnosticada e medicada como um caso de depressão. É casada, tem crises de ciúme intenso do marido, com muita agressividade, após as quais fica de cama, deprimida. Tem duas filhas pré-adolescentes. Trabalhou no comércio antes de se casar, mas, depois, dedicou-se exclusivamente ao lar. Durante os episódios depressivos tem fantasias de autodestruição. Sua auto-estima é

muito baixa. Acha-se uma pessoa que não merece viver. Tem crises insuportáveis de enxaqueca.

Durante a psicoterapia simbólica revelou um complexo materno intensamente negativo. Diz que seus pais se odiavam e que o pai faleceu há 6 anos. Relata que sua mãe é assexuada e que prefere sua irmã. Diz que a mãe sempre a rejeitou e destratou, e que, quando protestava, era chamada de louca.

Apresentou transferência positiva e começou a melhorar. As crises diminuíram e suspendi a medicação. No terceiro mês de terapia, ao fazermos uma sessão de imaginação ativa com a mãe, relatou, surpreendentemente, que sua mãe havia engravidado com 17 anos, antes de se casar, e que isso havia desestruturado sua vida de “moça de família tradicional”, obrigando-a a abandonar sua escola e a esconder-se de suas amigas. Elaboramos este símbolo e ele emergiu como o centro da fixação e das defesas de sua neurose, pois acolhera para si toda a culpa e vergonha que eram de sua mãe, pelas condições da sua concepção.

Curou-se da depressão e do ciúme patológico.

A Duplicidade Parental Os Avós e os Padrinhos

A duplicidade parental é um símbolo muito poderoso no seu aspecto criador de Consciência e também de Sombra. No primeiro, ele pode ser ilustrado pelo papel dos avós na família com uma grande função de apoio afetivo, pedagógico e financeiro, apesar dele também poder trazer a dor do primeiro encontro da criança com a morte, no caso de seu falecimento. Ou também pelos padrinhos que simbolizam a ligação do Ego com o sagrado, com a transcendência arquetípica parental. O problema da babá em nosso meio é muito significativo, pois freqüentemente a relação com ela encobre vivências importantes de rejeição e de abandono com a mãe.

A Adoção

O símbolo da duplicidade parental pode ser encontrado na adoção, com grave formação de Sombra através do ganho de pais substitutos e da perda dos pais biológicos. Sabendo-se que a principal ferida do Arquétipo Matriarcal é o abandono, é fácil compreender-se como a adoção é um processo que geralmente inclui fixações difíceis de elaborar. Elas podem se transformar em graves defesas, que freqüentemente incluem a defesa psicopática característica da criança abandonada. O símbolo e a função estruturante da adoção são ainda mais problemáticos pelo fato de geralmente incluírem a

condição da esterilidade dos pais, outra grande ferida matriarcal por se tratar da disfunção da fertilidade biológica. A principal consequência simbólica da esterilidade dos pais na adoção é a culpa por não serem os pais biológicos da criança adotada. Caso não seja elaborada, essa culpa pode ser atuada defensivamente levando à superproteção da criança, até mesmo retardando a elaboração da adoção. Cria-se, assim, uma dupla dificuldade, que envolve as vivências de abandono, rejeição, culpa e mimo, que podem levar a muitas dificuldades na formação da personalidade do adotado.

A Etapa Intra-uterina

O campo simbólico que aguarda o nascimento do bebê, ativado pelo Arquétipo da Criança, desencadeia uma intensa elaboração simbólica, dentro do Self Cultural, do Self Familiar, do Self Grupal e do Self Individual.

No Self Cultural, o impacto simbólico é desencadeado pela formação de um genoma que reúne gametas oriundos de duas famílias diferentes. Essa junção expressará no novo ser sua herança genética. Após o nascimento, as identificações primárias, por sua vez, mesclarão os inúmeros significados culturais das gerações passadas. Abrangendo a genética pessoal e a personalidade dos pais, entrarão na composição física e na identidade do bebê duas histórias culturais que se combinarão através dos costumes e tradições os mais variados. Dentro dessa união figurarão também a reação de uma família à outra. Existe admiração, acolhimento e alegria de uma família diante da outra, ou desprezo, repúdio e tristeza? Costuma-se dizer que não são apenas os cônjuges que se casam, mas as famílias também, e isso está correto, porque suas reações positivas e negativas entrarão na constituição da identidade da criança, tanto quanto a cor dos olhos, a altura e a cor de sua pele, que resultarão do encontro dos cromossomos.

No Self Familiar propriamente, a relação específica de cada um dos sogros com sua nora ou genro matizará com muitos significados a vida da família e da criança, porque agora, além de sogros dos pais eles serão também avós da criança, e cada um terá com ela uma história particular. Não esqueçamos nunca que cada novo significado simbólico, que entrar na vida e na identidade da criança, o fará através da elaboração dos símbolos e funções estruturantes do quatérnio primário e do Quatérnio Arquetípico Regente à volta do Arquétipo Central. Durante a gravidez, essa convivência familiar afetará a identidade dos pais e, depois do nascimento serão repassadas aos filhos, mas o processo, apesar de sempre único em cada nova situação, tem os mesmos parâmetros gerais, uma vez que é arquetípico.

O Self Conjugal sofre um grande impacto simbólico com a gestação. Por ser essa influência tão significativa, vemos que o feto é um ser com grande poder simbólico, tal o número de significados que ele traz para a vida do casal. A simples expectativa da concepção já aciona o quaternio primário, representado pela mãe, pelo pai, pelo vínculo entre eles e a presença imaginada do bebê. Após a concepção, esse processo de relacionamento quaternário continua, sempre pleno de variáveis simbólicas. O fato de o bebê estar dentro do corpo da mãe é fonte de inúmeras reações dela, do pai e do vínculo entre eles, pois o tempo todo os pais serão mobilizados para atuar sobre a formação da identidade do bebê após o nascimento. Como é que a mãe reage à modificação do seu corpo? Por um lado, a maternidade pode lhe ser muito gratificante. Afinal, ela é o vaso no qual florescerá a permanência da espécie! Por si só, ser mãe, gestar e parir já justifica uma vida. Aqui porém, se enraiza o poder da posse que dominará a relação com seu filho, como também o afeto que inspirará sua dedicação a ele. Paralelamente a essa vivência de importância e grandiosidade, o aumento de seu corpo expõe sua vaidade à sua própria crítica, podendo trazer-lhe insegurança na sua auto-estima, na competição com outras mulheres e na relação conjugal. Por um lado, sente-se valorizada pela inveja das outras que gostariam de estar como ela, mas, por outro, sente-se inferiorizada com o mal-estar e a singularidade da sua aparência. Não deixemos de levar em conta, também, o forte sentimento de abrigar e se preparar para parir um Ser, em tudo e por tudo, símbolo da desproteção e da vulnerabilidade, que pode ativar fixações de sua Sombra, contendo núcleos de desamparo e abandono, cuja vivência pode desencadear, por ocasião do nascimento do bebê, nada menos que uma desestruturação da sua personalidade, com a vivência desastrosa da psicose puerperal. Estas são apenas algumas manifestações, cuja dimensão simbólica nos revela a complexidade das inúmeras reações da mulher à gravidez e ao puerpério.

No entanto, qualquer tendência para circunscrever esta fase da vida à relação mãe-bebê, como fazem tantos estudiosos da primeira infância, deforma o quaternio primário e reduz a compreensão da formação da identidade da criança. É que, apesar e até mesmo pelo fato de o bebê crescer dentro da mãe, a reação do pai à mãe e à criança é muito significativa. O extremo dessa reação é a identificação defensiva do pai com a mãe na **síndrome de couvade**, na qual o pai se identifica a tal ponto com a grávida, que passa a sentir náuseas como ela. Esta síndrome foi assim chamada a partir do ritual de *couvade*, encontrado em muitas culturas tribais, inclusive entre os nossos índios guaranis, no qual o marido imita a mulher grávida, recolhe-se e só volta às suas atividades após o parto. A síndrome psicossomática e o ritual mostram o grande envolvimento simbólico do pai com a gestação, que precisa ser compreendido e exercido consciente e

simbolicamente para que não se torne defensivo e expresso inconscientemente pela Sombra, sobretudo por reações de afastamento, rejeição, agressividade e traição conjugal. É comum o pai, ao sentir-se excluído e rejeitado pela esposa grávida, ter um caso fora do casamento, que começa com a gravidez. Acompanhando simbolicamente essas reações, freqüentemente é difícil apurarmos de quem foi a iniciativa desencadeante da traição conjugal. Se da mãe, que primariamente se aliou ao bebê e excluiu o pai, ou se do pai, que sentiu-se rejeitado e não soube vivenciar criativamente sua inveja da mãe e seu ciúme do bebê, atacando-os e indo buscar alguém “só para ele”.

A relação do consciente do pai com o bebê na gestação depende de sua abertura para a inveja criativa da mulher grávida, o ciúme da relação dela com o bebê e a empatia para o filho em formação. Tudo já depende, também, da relação da mãe com o bebê e de sua capacidade afetiva e abertura para a participação do pai. Como em todas as polaridades, a mãe e o pai podem se abrir para o relacionamento dialético de alteridade e incluir a gestação no vínculo da participação amorosa conjugal. Nesse sentido, a vida íntima e sexual do casal durante a gestação é de grande importância, pois ela é um símbolo que expressa se a conjugalidade está crescendo ou diminuindo e se dividindo com a gestação.

A vida intra-uterina do bebê, por sua vez, vem sendo cada vez melhor estudada e compreendida, nos surpreendendo com características do desenvolvimento que nos permitem conceber até mesmo uma comunicação com ele antes do nascimento (Supple, 2002). No entanto, mais do que uma comunicação concreta com o bebê, é muito significativa uma comunicação imaginada. Nesse sentido, o pai e a mãe podem desenvolver uma fala afetiva com o bebê, tocando seus membros em movimento e sentindo seu crescimento e seus preparativos para nascer, que estabelecem o relacionamento emocional para recebê-lo em suas mentes e em seus corações.

Os significados dos incontáveis acontecimentos do Self Cultural e do Self Familiar, que antecedem e acompanham a gestação, afetam a personalidade dos pais e dos seus familiares, preparando um verdadeiro útero social psicológico, que gestará a formação da identidade da criança através de símbolos e funções estruturantes coordenados pelos mesmos arquétipos que continuarão a desenvolver sua Consciência na vida adulta.

A Primeira Infância

A principal questão colocada pela Psicologia Simbólica Junguiana sobre a formação da identidade no início da vida é a possibilidade de existir uma relação diádica simultânea com a mãe e com o pai.

A relação com a mãe e outra cuidadora, enfermeira, avó ou babá nunca foi considerada um problema para a teoria da relação primária diádica do bebê. No entanto, o pai, geralmente só é introduzido teoricamente na relação triádica. Ora, se o bebê é capaz de uma relação diádica com mais de uma pessoa, porque é que esta pessoa não pode também ser o pai? Parece-me que a grande resistência teórica em se admitir o pai na relação primária com o bebê origina-se na tradição dos papéis de mãe e de pai na família patriarcal. No entanto, modernamente, com o relacionamento de alteridade entre os casais, onde cada cônjuge busca o seu próprio processo de individuação, o pai e a mãe deixaram de ter papéis fixos e funções exclusivas na família dependendo do gênero de cada um e passam a desempenhar praticamente qualquer função de cuidador na família. Tenho observado jovens casais, nos quais os maridos acompanham as esposas nas visitas ao ginecologista, assistem juntos ao ultra-som, participam de atividades para o preparo do parto e até dizem que estão “grávidos”. Esse envolvimento estende-se depois para o bebê não só na troca de fraldas, no banho e no atendimento noturno partilhado, mas até mesmo na amamentação, quando o pai cuida da mamadeira e da eructação. Simbolicamente, acho muito significativo, casos em que acompanhei, nos quais o pai recebe o bebê da obstetra no parto e o leva para a mãe vê-lo pela primeira vez.

Evidentemente, que quando o pai trabalha fora e a mãe cuida do lar, a relação da criança com a mãe se torna muito mais íntima que com o pai. No entanto, o fato da mulher cada vez mais ter uma atividade profissional equivalente à do homem, tende a diminuir essa diferença.

Este tema, ao meu ver, está intimamente relacionado, por um lado, com o relacionamento dialético de alteridade dos pais entre si e com a busca do Processo de Individuação de cada um e, por outro, com a disponibilidade do pai de relacionar-se com o bebê tanto quanto a mãe. Essa disponibilidade inata não é necessariamente maior na mulher que no homem, pois como já mencionei, muitas vezes o homem tem o Arquétipo Matriarcal até mais exuberante do que a mulher, o que o torna especialmente apto para exercer a maternagem e as tarefas do lar. O grande problema me parece ser, realmente, o preconceito cultural de que cabe à mãe cuidar da criança e que um homem que a isso se preste é pouco masculino. Esse preconceito é reforçado pelos estudos e observações de relações primárias das crianças com suas mães, dos quais se concluiu, sem nenhuma comprovação científica, ao meu ver, que a relação diádica da criança só é possível com a mãe e que o pai somente pode ser incluído na relação primária, com uma relação triádica. Essa noção pode ter sido muito reforçada quando Melanie Klein antecipou o triângulo edípico de Freud, que incluía o pai e a mãe, para o primeiro ano de vida e a relação com o seio que se restringiria à criança e à mãe. É bem verdade, que, possivelmente para não

se posicionar em desacordo com o mestre, ela reiterou várias vezes que não estava negando o Complexo de Édipo, mas apenas “antecipando-o” para a relação com o seio, na qual “o mamilo representaria o pênis do pai” (Klein, 1955). Seja como for, a díada primária tem sido considerada exclusivamente da criança com a mãe, com exceção, que eu saiba, da psicanalista americana Dorothy Dinnerstein. Ela postulou, no seu livro *A Sereia e o Minotauro*, que a relação adulta entre o homem e a mulher só pode ser igualitária se a relação primária da criança incluir igualmente a mãe e o pai.

O Arquétipo Matriarcal, a Posição Insular e a Díada Primária

Creio que o enfoque arquetípico da díada primária possa esclarecer por que ela não é exclusiva da relação com a mãe e também pode incluir o pai.

Como já descrevi, a Psicologia Simbólica Junguiana conceitua o Arquétipo Matriarcal como o arquétipo da sensualidade, presente igualmente na personalidade do homem e da mulher. Descrevi também cinco posições arquetípicas da relação Ego-Outro na Consciência, correspondentes aos quatro arquétipos regentes à volta do Arquétipo Central. Dentre essas cinco posições, a posição insular é binária e expressa a polaridade Ego-Outro no dinamismo matriarcal, enquanto que a posição polarizada é ternária e expressa o funcionamento da polaridade Ego-Outro no dinamismo patriarcal. Isso já foi mencionado acima. Quero agora acrescentar que a relação diádica da criança, no primeiro ano de vida, corresponde à posição insular e à posição triádica que se desenvolve, sobretudo no segundo e terceiro anos de vida é equivalente à posição polarizada patriarcal. Assim sendo, a posição diádica é uma forma de se relacionar, que pode existir na primeira fase da vida com qualquer cuidador da criança, pois trata-se da fase simbiótica (*symbiosis*, de Mahler) ou de apego (*attachment*, de Bolby) para começar a formar a identidade.

Freud concebeu uma fase auto-erótica no início da vida do bebê antes de ele começar a se relacionar, a qual denominou narcisismo primário (Freud, 1914). Sigo, porém, as pesquisas de outros autores, inclusive Mahler e Bolby, que observaram inúmeras crianças e não confirmaram a existência do narcisismo primário, postulando que desde o início da vida o bebê primeiro se apega à relação primária com a mãe para depois se diferenciar. O “narcisismo primário” descrito por Freud não seria, assim, necessariamente auto-erótico, mas poderia ser visto como uma fase preparatória para o apego. Segui esses autores, como também fez Neumann ao postular a função estruturante do Arquétipo Matriarcal no início da vida. Reitero, porém, que o Arquétipo

Matriarcal aqui não se restringe à mãe e, por isso, pode incluir o pai também na vivência da díada primária.

A díada primária descrita tradicionalmente na relação criança-mãe é aqui vista como a posição insular da polaridade Ego-Outro do Arquétipo Matriarcal que caracteriza a relação de simbiose, de apego ou de grande dependência para estruturar a Consciência na primeira infância.

O caso das crianças-lobo Amala e Kamala foi descrito na cidade de Godamuri, na Índia. Em 1920, o reverendo Singh, que dirigia, em Midnapore um orfanato com sua esposa, acolheu duas crianças que haviam sido criadas junto com um bando de lobos (Malson, 1964).

Em função da redução do Arquétipo Matriarcal à mãe, Neumann (1955) leu sobre as crianças-lobo Amala e Kamala e afirmou que sua maneira de caminhar e de correr apoiando-se nos os joelhos, como quadrúpedes, expressaria a falência do Arquétipo Matriarcal e sua função humanizadora. Quero expressar aqui exatamente o contrário, pois ao serem criadas entre lobos e terem se identificado com eles, andando de quatro, ficando acordadas à noite e uivando freqüentemente, confirmam a identificação primária, coordenada pelo Arquétipo Matriarcal, em função da díada e da relação de simbiose e separação até com uma espécie diferente. É este processo, a meu ver, que leva a criança a identificar-se com o melhor e o pior de seus pais nas relações primárias.

O Amor como Função Estruturante formadora da Identidade

Durante a fase do apego primário, que já se desenvolve intensamente no primeiro ano de vida (Spitz, 1965), **a criança se identifica com a forma como é tratada**. É a contenção (*holding*) e o cuidado (*caring*), de Winnicott, que devem permear o relacionamento com ela, mas o que forma sua auto-estima e lhe dá a **confiança básica** que fundamentará sua relação com a vida é sentir-se amada (Horney, 19xx). No entanto, quando assim pensamos, atribuímos aos pais a tarefa de exercer o amor unilateralmente, e isso não abarca a relação primária. Concordo que o amor seja a condição básica para o desenvolvimento saudável da vida. O problema é que ele é uma **função de relacionamento** e não pode ser exercido nem explicado unilateralmente.

O amor é a função estruturante mais complexa, abrangente e importante para o florescimento da vida e, exatamente por isso, uma função bastante difícil de se estudar e compreender. O amor é duplamente difícil de se compreender na relação primária porque uma das pessoas do relacionamento é pré-verbal e se expressa através de símbolos formados por funções fisiológicas ainda sem representação consciente. Ao se

expressarem dentro do relacionamento amoroso, essas funções da criança contribuirão para formar a Consciência com suas representações do subjetivo e do objetivo, do Ego e do Outro, que, na segunda infância, e junto com a aquisição da linguagem verbal, adquirirá cada vez mais a inteligência abstrata para instrumentar simbolicamente a vida psíquica.

A expressão simbólica pré-verbal da primeira infância precisa ser compreendida pelo sistema de comunicação que Margareth Mahler denominou **empatia cenestésica**. Seu prazer é expresso pela calma, relaxamento, alegria, fome, apetite, sorriso, descontração, animação e sono tranquilo, e seu desprazer pelo choro, ansiedade, vômito, cólicas, agitação, tensão, febre e outros sintomas e distúrbios orgânicos. Esta linguagem está muito próxima dos animais e é comum a outras espécies que, através dela, interagem significativamente com suas crias. Esse fato nos ensina por que mães, pais ou outros cuidadores humildes, sem nenhuma cultura, podem compartilhar essa função amorosa, que resulta na construção da auto-estima da criança e na sua confiança básica na vida, de maneira muito mais produtiva que pessoas milionárias ou com títulos universitários.

A função estruturante do amor é especialmente difícil de ser compreendida na primeira infância, porque ela ocorre em dois níveis arquetípicos complementares. No nível matriarcal, que é o mais óbvio, caracterizado pela grande assimetria cuidador-criança, o cuidador/cuidadora está na posição predominantemente ativa e a criança na posição predominantemente passiva. Este funcionamento foi abordado por Neumann na primeira infância, com as características do que é a mãe boa na relação primária. Essa descrição chama a atenção para muitos aspectos importantes, ainda que Neumann os tenha idealizado com conotações paradisíacas. Baseados neste nível arquetípico é que muitos livros ensinam como “devem ser” as mães e demais cuidadores de crianças. Tratam-se de recomendações úteis, sem dúvida, mas que não atingem a profundidade do que é um relacionamento amoroso.

No nível de alteridade, sempre subjacente a toda relação, apesar de aqui muito oculto, existe uma simetria amorosa com direitos iguais de expressão. A criança tem voz passiva, mas também igualitária e exigente. “Seus direitos” são reivindicados por choro e cólicas ou perda de peso. É este padrão de alteridade que melhor caracteriza a percepção, o respeito e a interação com a individualidade única da criança, já presente no início da vida. O quatérnio primário inclui esta participação nestes dois níveis: com a criança e dela com os pais. A intensidade do campo simbólico é aqui de tal ordem que a ausência do pai tem um efeito simbólico igual ou maior que a sua presença.

Frustração, Agressividade e Função Sacrificial

A função estruturante do amor nas relações primárias inclui, como já vimos, simbiose e diferenciação, apego e desapego. Isso significa que a identidade do Ego e do Outro é formada tanto pelo apego e identificação com os significados simbólicos da personalidade dos pais e as reações da criança, quanto pelas vivências de separação e a maneira com que o quaternio primário reage a elas.

A frustração é uma função estruturante que desencadeia sofrimento e agressividade. A afetividade é sintônica na relação interpessoal e expressa a maneira de o Ego dizer “sim”; a agressividade, de dizer “não”.

A função estruturante do sacrifício é uma função de troca, que se constela na elaboração simbólica durante as transformações. Ela é tão importante que Jung (1912) lhe dedicou o capítulo final de seu livro *Símbolos de Transformações*. Ao ceder lugar ao novo, o velho é sacrificado. Desta maneira, a função sacrificial propicia a interação entre o Arquétipo da Vida e o Arquétipo da Morte no desenvolvimento da Consciência individual e coletiva (Byington, 1996).

A criança vive a função sacrificial com grande intensidade na primeira infância, junto com o início das experiências de desapego. É importante compreender que essas têm lugar, em função do crescimento da identidade, através do apego. O quanto de frustração e de agressividade é sentido com o desapego depende do grau de satisfação do Ego com o crescimento adquirido pela diferenciação.

Claudia e José Luís sentiam-se um casal feliz e ficaram encantados com a gestação e o nascimento de Pedro. Tiveram uma relação de alteridade na gestação e no parto, que os uniu ainda mais. Nos primeiros meses do seu segundo ano, Pedro foi ficando muito satisfeito com a aquisição da marcha e passou a demonstrar sua independência em muitos aspectos. Amorosa e realizada como mãe até então, Claudia passou a demonstrar ansiedade, possessividade e a controlar Pedro nas refeições, cerceando o desejo dele de alimentar-se por si próprio e fiscalizando para que ele comesse até o fim. Pedro reagiu e começou a afirmar-se reativamente, negando-se a comer. A ansiedade de Claudia foi crescendo e, cada vez que o filho não comia, ela se desequilibrava emocionalmente. Durante a folga da babá, nos fins de semana, a situação se agravava. O fato de Pedro aceitar comer com José Luís, que o deixava à vontade, aumentou a insegurança de Claudia e começou a afetar relativamente a relação conjugal, pois ela ficava irritada e agressiva. Por isso me procuraram. Ela havia vivenciado muita rejeição e abandono na infância e, durante a amamentação de Pedro, havia se reassegurado com o apego da criança e, agora, nesta fase de desapego, não agüentou

criativamente ter que passar pela função sacrificial. Pedro, por sua vez, talvez pelo fato de ser inteligente e criativo, ficou muito satisfeito com a aquisição progressiva da marcha e do brincar, agüentou bem o desapego durante a alimentação, e reagiu negativamente ao apego exagerado da mãe.

Este caso ilustra que o apego-desapego, simbiose-separação, não envolve somente a criança, mas todo o quaternio primário dentro da função estruturante do amor. O campo simbólico a todos envolve e, assim, precisa ser elaborado. A babá participou de uma das sessões do casal com muito proveito.

A Etologia estuda o comportamento dos animais e está se tornando um referencial cada vez mais empregado para amplificarmos e elaborarmos nossos símbolos.

Uma urso teve três filhotes e, quando tinham algumas semanas de vida, passou a sair com eles para buscar alimento. Eles a seguiam e imitavam. Quanto necessitava fazer uma proeza maior, ela subia numa árvore, deixava os três lá em cima e depois voltava para buscá-los. Passaram-se meses e os filhotes se desenvolveram e passaram a buscar alimento junto com ela, de maneira cada vez mais eficiente. Um dia, ela deixou os filhotes em cima de uma árvore e não voltou mais para buscá-los. Através da autonomia alimentar, ela lhes forneceu o atestado de maioridade.

Diferentemente de Claudia, a urso vivenciou a função sacrificial na transição apego-desapego, proporcionalmente ao crescimento dos filhotes. O *timing* do amor na relação primária envolve o apego-desapego dos cuidadores e da criança. Apesar da assimetria enorme de poder individual na relação, os participantes estão sujeitos a um poder maior coordenado pelo Arquétipo Central. Para obedecê-lo e agir em função dele, não existe uma receita concreta de como e quando, pois a transformação só pode ser compreendida e inteligentemente acompanhada pela sincronicidade, que marca o tempo propício através da própria vicência. Esta percepção da sintonia entre Eros e Poder é essencial ao amor.

A aquisição progressiva das grandes conquistas do desenvolvimento na alimentação, na movimentação corporal, no conhecimento, no controle esfinteriano, no brincar e em outras tantas que acompanham o amadurecimento dos sentidos e da inteligência, passam necessariamente pelo apego-desapego, simbiose-separação e, por conseguinte, também pela função sacrificial, junto com prazer e desprazer, afeto, frustração e agressividade. Estas transformações caminham para a aquisição da linguagem verbal, que marcará a capacidade de simbolização ativa do Ego e a segunda infância.

Apesar da unilateralidade, já assinalada, do desenvolvimento do Ego e do Self na primeira infância, inúmeros são os símbolos e funções estruturantes constelados para

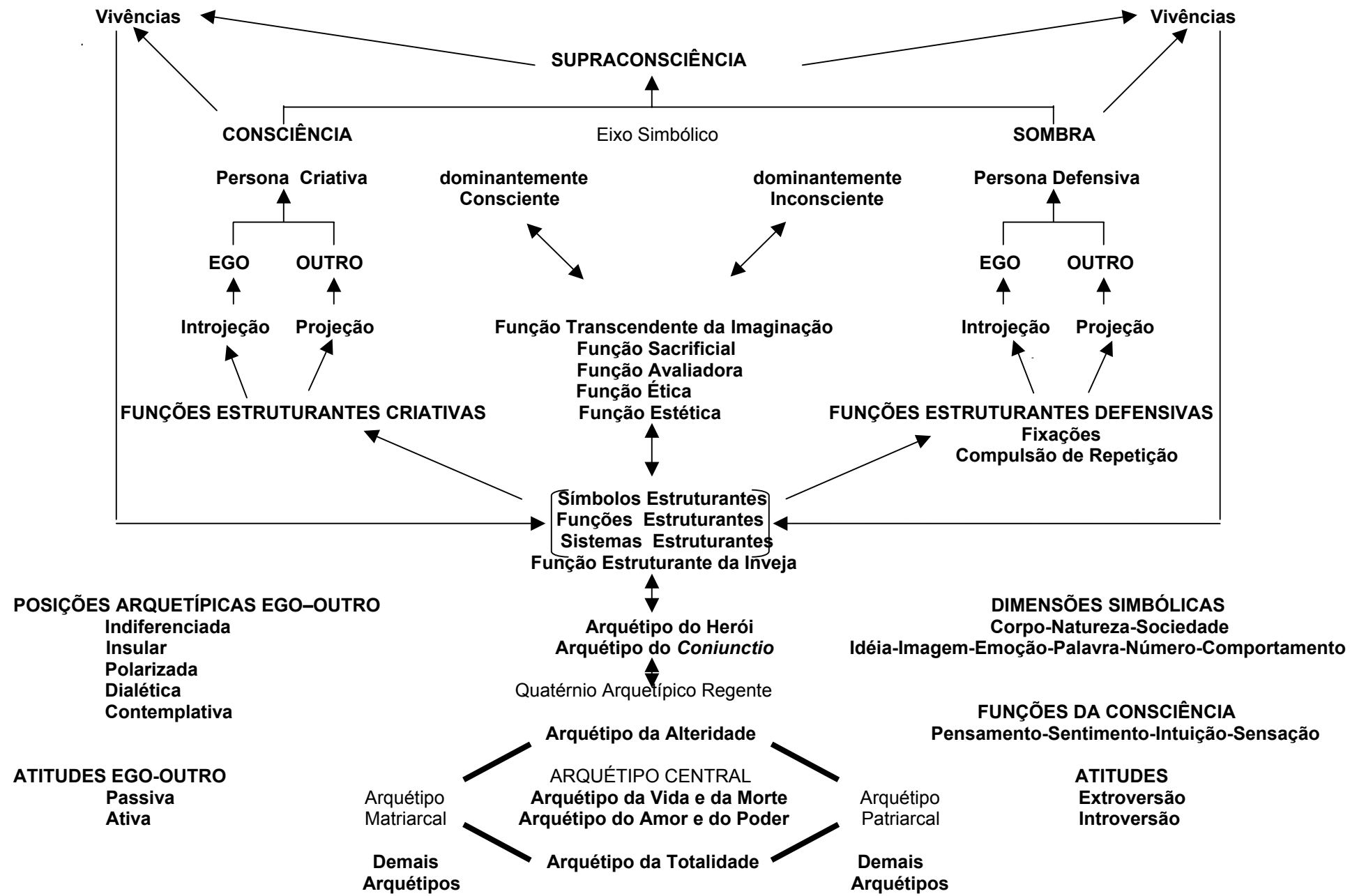
formar a identidade do Ego, do Outro e da Consciência em geral. As disfunções dessas vivências são numerosas e podem gerar fixações e defesas que formam Sombra e que aguardarão elaboração posterior pelo Self Individual e Familiar.

O estabelecimento dos limites e a grande transição entre a primeira infância, de dominância não-verbal matriarcal, e a segunda infância, de dominância verbal patriarcal, serão abordados a seguir.

A Terceira Etapa da Vida

A Segunda Infância

ESTRUTURA E DINÂMICA DO SELF
Processo de Elaboração Simbólica



Referências Bibliográficas

Byington, Carlos Amadeu Botelho (1996). O Arquétipo da Vida e da Morte. *Junguiana, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*.

_____ (2005). Freud e Jung: o que a emoção não deixou reunir. *Junguiana, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*. São Paulo: Paulus, 2005, no. 23.

_____ (2006). A Psicopatologia Simbólica Junguiana. Cap.1, in *Psicopatologia Simbólico-Arquetípica*. Org.: Saiz-Laureiro, Mario. Montevideu, 2006, no prelo.

Bowlby, John (1969). *Attachment*. USA: The Tavistock Institute of Human Relations, 1969.

_____ (1973). *Separation*. New York: Basic Books Inc., 1973.

_____ (1980). *Loss*. London: The Hogarth Press, 1980.

Corbin, Henri, (1958) *L'imagination créatrice dans le soufisme d'Ibn Arabi*. Paris, Flammarion, coll. " Homo Sapiens ", 2e édition, 1977.

Dinnerstein, Dorothy (1976). *The Mermaid and the Minotaur*. New York: Harper & Row, Publishers, 1977.

Fairbairn, W.Ronald D. (1952). *Psychoanalytical Studies of the Personality*. London: Tavistock Publication Ltd., 1952.

Freud, Anna (1921). *Introdução à Técnica da Análise da Criança, 1927*.

Garcia-Roza, Luiz Alfredo (1972) *Psicologia Estrutural em Kurt Lewin*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.

Gesell, Arnold. (1940). *The first five years of life: a guide to the study of the pre-school child*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1940.

Hillman, James (1975). *Re-visioning Psychology*. New York: Harper & Row, 1977.

_____ (1980). *Facing the Gods*. Dallas: Spring Publications, 1980.

_____ (1983). *Psicologia Arquetípica*. São Paulo, Cultrix, 1992.

Horney, Karen (19xx)

Jacoby, Mario (1999). *Jungian Psychotherapy and Contemporary Infant Research*. London e New York: Routledge, 1999.

Jung, Carl Gustav (1912). *Símbolos de Transformações*. CW 5, Petrópolis: Vozes.

Klein, Melanie (1932). *The Psychoanalysis of Children*. London: Hogarth. Laplanche, J. & Pontalis, 1932.

Köhler, W. (1920). *Die Physischen Gestalten in Ruhe und im stationären Zustand*. Braunschweig, 1920.

Mahler, Margaret S. (1975). *The psychological birth of the human infant*. Basic Books, 1975.

Malson, Lucien (1964). *Les Enfants Sauvages*. Bibliotheques 10/18, 1964.

May, Rollo, Angel, Ernest e Ellenberger, Henry F. (1958). *Existence*, Basic Books. Inc, New York, 1961.

Neumann, Erich (1960). *A Criança*. São Paulo: Ed.Cultrix, 1991.

Rimland, Bernard (1964). *Infantile Autism: The Syndrome and Its Implications for a Neural Theory of Behavior*. New York: Ed. Appleton-Century-Crofts, 1964.

Seroussi, Karyn (2001). *Unraveling the Mystery of Autism and Pervasive Development Disorder*. New York: Ed. Simon e Schuster, 2000.

Síndrome de couvade: www.geocities.com/viamaohp/guaranis.html

Spitz, R. (1965). *The first year of life*. New York: International Universities Press, 1965.

Supple Jr., William F. (2002). *Becoming a Baby*. Vermont: Picket Fence Publishing, 2002.

Wickes, Frances G. (1927). *The Inner world of Childhood*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, 1966.

Wildman, Derek E.; Uddin, Monica; Liu, Guozhen; Grossman. Lawrence I.; Goodman, Morris; “*Implications of natural selection in shaping 99.4% nonsynonymous DNA identity between humans and chimpanzees: Enlarging genus Homo*”. Center for Molecular Medicine and Genetics and Department of Anatomy and Cell Biology, Wayne State University School of Medicine, 2002.

Winnicott, D.W. (1964). *The child, the family and the outside world*. London: Penguin Books Ltd., 1964.